

EDITAL N.º 017/ 2019

ISALTINO AFONSO MORAIS, LICENCIADO EM DIREITO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Faz Público que esta Câmara Municipal, em reunião ordinária, realizada no dia 9 de janeiro de 2019, aprovou, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambos na sua redação atual, a Deliberação N.º 6/2019, proposta pelo Departamento de Finanças e Património relativa à **Manutenção do Tarifário aplicável à atividade de Gestão dos Resíduos Urbanos em 2019**, após emissão do Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

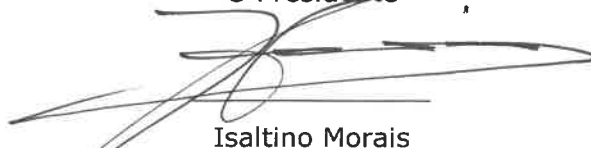
Faz igualmente público, a necessidade de publicitar a estrutura do “**Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos**” para o Município de Oeiras, para o ano 2019, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, respetivo Tarifário Social, bem como o Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos – aplicável aos Serviços Auxiliares, repercussão da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) e anexos¹ à deliberação supra identificada (anexo 2), conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.

Mais se Faz Público que o presente Edital produzirá efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2019.

E para constar se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo, e para os efeitos previstos no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Oeiras, 10 de janeiro de 2019

O Presidente



Isaltino Moraes

¹ **Anexo 1:** Deliberação n.º 6/2019, aprovada a 9 de janeiro de 2019.

Anexo 2: Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 15 de novembro de 2018, sua referência: O-010161/2018, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2019 do Município de Oeiras.



EDITAL N.º 017/ 2019

Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2019
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2019		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade Diária /por cliente	Tarifa Variável por m³ de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Conforme disposto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 62.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa de disponibilidade aos utilizadores domésticos quando se encontrem em situação de carência económica, comprovada pelo sistema de segurança social, conforme alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, conforme alínea b) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Conforme Formação de Tarifário para 2019 objeto de Parecer positivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 15 de novembro de 2018 sua referência: O-010161/2018)			

Nota:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.º Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 63.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 o valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) a aplicar em 2019 é de 0,0319 €/m³ de água consumida. No âmbito da faturação dos Serviços de Água a TGR é isenta de IVA, por analogia ao serviço a que se refere.

EDITAL N.º 017/ 2019

Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada 2019

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código				Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores
						sem IVA
						1)
1.				Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.			Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.			Componente Variável		
1.	2.	1.		Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.		Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.		Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.		Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.		Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	1.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	2.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	3.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.				Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.			Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.			Componente Variável		
2.	2.	1.		Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) **Componente Fixa (RO)** - Isenção do pagamento sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) **Componente Fixa (RHE)** - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação ao disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

A TGR (€/tonelada) a que se refere a alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 deve corresponder à prevista, para 2019, no n.º 2 do artigo 58.º na redação dada pela Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, ou seja, 9,9 € / tonelada de resíduos indiferenciados recolhida e entregue para Destino Final à Entidade Gestora em Alta (Tratolixo). A TGR, quando aplicável, deve ser acrescida de IVA à taxa reduzida em vigor (6%), conforme faturação da Entidade em Alta emitida ao Município de Oeiras.

A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a cursive representation of a name.

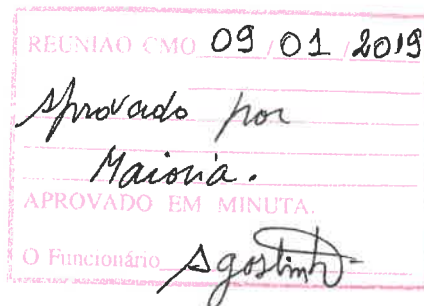
ANEXO 1



Cabimento

Carimbo de Votação

Carimbo do Dirigente



Proposta de Deliberação nº 6/2019
(1)

Serviço: DMAG/DFP/DPOC – Divisão de Planeamento Orçamento e Controlo

Assunto: Tarifário aplicável à Atividade de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2019

Descrição da Ação: (4)

Classificação da Despesa: _____
(5) Orgânica Económica Projeto Ano/Nº.

I - Introdução

O presente Tarifário, a aplicar à atividade de Gestão de Resíduos Urbanos na área geográfica do Concelho de Oeiras, vem dar cumprimento ao preceituado na legislação em vigor, designadamente, em matéria do regime jurídico das autarquias locais e do regime de financiamento previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, respetivamente.

Simultaneamente resulta da aplicação dos requisitos legais aprovados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos termos do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (adiante designado por RTSGRU), a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da aludida entidade, publicada a 15 de abril de 2014 no Diário da República n.º 74, 2.ª Série, na sua redação atual, e em conformidade com o disposto no Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado a 20 de março no Diário da República (2.ª Série – N.º 56), doravante designado por Regulamento do Serviço.



Pelo 5.º ano consecutivo, desde a publicação do RTSGRU, a estrutura tarifária, ora proposta para 2019, respeita o disposto na referida deliberação, entretanto vertida para o Regulamento de Serviço, tendo-se dado cumprimento aos requisitos legais requeridos em matéria de submissão à avaliação da Entidade Reguladora, a qual referiu no respetivo Parecer que *"(...)a estrutura do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos coincide com a definida no Regulamento Tarifário do serviço de Gestão de Resíduos Urbanos"*.

Por fim, importa referir que os proveitos provenientes da aplicação do tarifário ora proposto destinam-se a financiar a atividade de gestão de resíduos urbanos, designadamente, os custos com a recolha, transporte, tratamento e destino e reportam-se à componente faturada pelos SIMAS no âmbito da faturação dos serviços de água (AA - abastecimento de água e AR – Águas residuais ou Saneamento) e, bem assim, embora com menor expressão, dos Serviços Auxiliares prestados pela autarquia, entendidos, no RTSGRU, como sendo *"os serviços prestados pela entidade gestora, de caráter conexo com o serviço de gestão de resíduos urbanos, mas que, pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica."*

Também a repercussão da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) suportada deve ser repercutida nos utilizadores finais, nos termos legalmente estabelecidos, respetivamente:

1. Faturação dos SIMAS / Serviços de Água - 0,0319 € / m³ de água consumida, em acréscimo às Tarifas do serviço (Fixa ou de Disponibilidade e Variável);
2. Faturação do Município de Oeiras / Serviços Auxiliares (SA) – 9,9 € / tonelada de resíduos urbanos indiferenciados.

II – Análise

Conforme tem sido prática, o Tarifário do Serviço de Gestão dos RU, para 2019, contempla as Tarifas a aplicar aos Utilizadores Domésticos e Não Domésticos em sede da faturação emitida pelos SIMAS, bem como as Tarifas aplicadas aos Serviços Auxiliares faturados pela autarquia.

Ambos os tarifários verteram as normas previstas no Regulamento de Serviço em matéria de estrutura tarifária, sendo de referir que, não obstante os trabalhos de projeção de custos e proveitos efetuados no



âmbito da Formação de Tarifário, submetida a 15 de outubro último, diferirem, naturalmente, dos apurados para efeito de anos anteriores, as estruturas tarifárias propostas mantêm inalteráveis os valores a aplicar, tendo apenas sido alterada o valor da TGR para 2019 o qual passa a ser de 0,0319 €/ m³ (em oposição aos 0,0544 €/m³ aprovados para 2018).

Para efeito da definição do tarifário faturado pelos SIMAS foi utilizado como referência o ficheiro relativo à Formação do Tarifário para 2019, elaborado pela ERSAR, o qual, sendo de utilização obrigatória, foi refletido no documento de apoio à semelhança das estruturas dos utilizadores e dos consumos de água facultadas pelos SIMAS para as diferentes tipologias de utilizadores, incluindo os inerentes aos Tarifários Sociais por grupo de utilizadores, naturalmente deduzidos dos indicadores previstos para os Grandes Produtores, a partir das quais foram efetuadas as projeções do n.º de contadores/utilizadores e do n.º de m³ de água consumida para o ano em apreço.

Não obstante a análise dos indicadores por parte da entidade reguladora, em sede do respetivo Parecer, o Tarifário proposto para 2019 corresponde, na componente faturada pelos SIMAS, às tarifas em vigor em 2018, resultando na assunção de uma subsidiação da CMO que ultrapassa 265 mil euros (informação projetada: custos = 11.044.457,33 €; proveitos totais = 10.779.372,06 €).

Acresce referir que, mantendo-se a impossibilidade de medir ou pesar os resíduos urbanos recolhidos em território municipal, o Tarifário para 2019, tal como o atualmente em vigor, não contempla o Tarifário aplicável às Famílias Numerosas, na medida em que a Tarifa Variável é, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 65.º do Regulamento de Serviço, calculada por indexação ao consumo da água, ou seja, em euros por m³ de água consumida.

Finalmente, considera-se oportuno apresentar parte do conteúdo do Parecer emitido pela ERSAR, respetivamente:

1. Em termos da Avaliação efetuada (ponto 1 do parecer), respetivamente:
 - a. **Cobertura total dos gastos por via tarifária** (cerca de 95%) - Avaliação mediana;



- b. **Custos Unitários de Exploração** (138,78 € / tonelada) – Avaliação insatisfatória, apesar de refletir uma melhoria do indicador, traduzida numa variação negativa face ao indicador homólogo de 2018 apurado no âmbito da previsão de fecho de exercício (148,84 €);
 - c. Encargos Tarifários:
 - i. **Encargos anuais consumo 10 m³**, cuja base da avaliação é a aplicação do Tarifário Normal a Utilizadores Domésticos, sem TGR (igual ao Tarifário Social aplicável aos Utilizadores Não Domésticos) = **76,96 €** (igual a 2018, por utilização de 365 dias no cálculo da Tarifa de Disponibilidade).
 - ii. **Acessibilidade económica = 0,16%** – Avaliação boa.
 - d. **Conformidade da estrutura tarifária** – Avaliação boa, coincidente com a definida no Regulamento Tarifário do serviço de Gestão de RU;
 - e. Conformidade – Outros aspetos:
 - i. **Repercussão de taxas ambientais** (TRH – AA e AR; TGR – RU) – Avaliação boa;
 - ii. **Financiamento do Tarifário Social** – Avaliação boa.
2. A título de conclusão e recomendação releva o seguinte:
- a. *“A CM Oeiras propõe manter em 2019 o tarifário do serviço de gestão de resíduos que se encontra em vigor em 2018, apresentando, no entanto, uma melhoria da cobertura de gastos face ao ano 2018 pelo incremento de quantidades a faturar. Contudo, as projeções para 2019 conduzem ainda a um nível de cobertura de gastos insatisfatório, devendo a entidade gestora promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços, sem comprometer a acessibilidade económica dos utilizadores.”*
 - b. *“Tendo em conta o custo unitário de exploração, que se encontra acima do que seria expectável, a entidade gestora deve tomar medidas que reduzam os gastos decorrentes de ineficiências no âmbito do serviço regulado, de forma a não penalizar desnecessariamente os utilizadores e permitir, em simultâneo, a melhoria do indicador da cobertura dos gastos acima mencionados.”*
 - c. *“Subsidiariamente, considerando a margem existente, a cobertura de gastos pode ser melhorada através de revisão do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, desde que não seja comprometida a acessibilidade económica dos utilizadores.”*



- d. *“Assinala-se em matéria de investimento que a não desagregação da informação reportada impossibilitou uma análise detalhada e consequentemente a verificação da sua adequabilidade face aos resultados obtidos nos indicadores da avaliação da qualidade do serviço.”*
- e. *“Por fim, cumpre referir que a estrutura do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos coincide com a definida no Regulamento Tarifário do Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos.”*

III - Fundamentação Legal e/ou Regulamentar

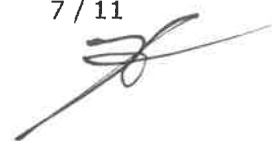
1. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina, na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, que compete à Câmara Municipal *fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras.*
2. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, relativa ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece, no seu artigo 21.º, os requisitos legais subjacentes aos preços a fixar e a praticar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta, não devendo esses ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.
3. O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que *os custos suportados são medidos em situação de eficiência produtiva e, quando aplicável, de acordo com as normas do regulamento tarifário em vigor.*
4. A lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), constituindo atribuição desta entidade, entre outras (plasmadas no artigo 5.º), em matéria de regulação comportamental económica, as seguintes, integrantes, respetivamente, nas alíneas b) e c) do número 3:
 - a. *Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis;*



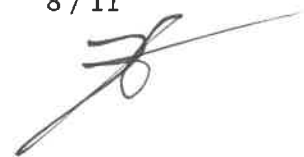
- b. Emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação aplicável, bem como fiscalizar e sancionar o seu incumprimento;*
5. O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR¹, estabelece, nos termos do seu artigo 1.º, as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.
 6. O Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da república, 2.ª Série – N.º 56 – 20 de março de 2017, doravante designado por Regulamento do Serviço (objeto da Declaração de Retificação n.º 463/2017²), e respetivo Relatório de Fundamentação Económica e Financeira, componente relativa à Estrutura Tarifária e Faturação dos Serviços (Capítulo V) e o Anexo II – Estruturas Tarifárias (Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada - Serviços Auxiliares).
 7. O regulamento referido no ponto anterior foi elaborado em resposta ao disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei N.º 194/2009, de 20 de agosto, designadamente, o constante no Capítulo V, relativo à Estrutura Tarifária e Faturação dos Serviços.
 8. A proposta do Modelo de Tarifário para 2019, cuja fundamentação técnica se apresenta na informação em anexo, foi elaborada por aplicação do Regulamento de Serviço.
 9. A Formação do Tarifário em apreço foi submetida a Parecer da Entidade Reguladora, o qual, sendo prévio à aprovação pelo Órgão Executivo, constitui em conjunto com a referida informação um elemento de apoio à deliberação dando cumprimento ao previsto no artigo 21.º, n.º 7, da Lei N.º 73/2013, de 3 de setembro.
 10. Por aplicação do teor da estrutura tarifária prevista no Regulamento de Serviço, nomeadamente, o constante no artigo 65.º, que define as regras de cálculo da tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos, a metodologia utilizável ao cálculo da tarifa variável no Município de Oeiras é a referida no n.º 1, ou seja, a Tarifa Variável dos RU é indexada ao consumo da água por não existir medição direta do peso ou volume de resíduos urbanos produzidos (euros/m³ de água consumida).

¹ Alterada pela ERSAR, no âmbito do Regulamento n.º 52/2018, publicado em Diário da República. 2.ª Série – N.º 56, de 23 de janeiro.

² Publicada em Diário da República, 2.ª Série – N.º 135, de 14 de julho de 2017.



11. A estrutura tarifária aplicável é a prevista no n.º 1 do artigo 63.º do referido regulamento e consubstancia-se pela aplicação de tarifas distintas de disponibilidade (componente fixa) e variável aos serviços de resíduos consoante se trate de utilizadores domésticos ou não domésticos (faturação dos SIMAS), pela aplicação das tarifas dos serviços auxiliares prestados pelo Município de Oeiras e pela repercussão do encargo suportado com a TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), nos termos da legislação aplicável.
12. Os tarifários sociais aplicáveis encontram-se previstos no artigo 66.º do Regulamento de Serviço, respetivamente:
 - a. Alínea a) do n.º 1) e n.º 2 - utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social, através da isenção das tarifas de disponibilidade;
 - b. Alínea b) do n.º 1 e n.º 3 - utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação das tarifas (de disponibilidade e variável) aplicáveis aos utilizadores domésticos.
13. Para efeitos da alínea a) do ponto 11, considera-se, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º, carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:
 - a. Complemento Solidário para Idosos;
 - b. Rendimento Social de Inserção;
 - c. Subsídio Social de Desemprego;
 - d. 1.º Escalão do Abono de Família;
 - e. Pensão Social de Invalidez.
14. Nos termos do artigo 93.º, *relativo ao regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão direta, as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta dispõem de um prazo de três anos, contados a partir da definição e comunicação por parte da ERSAR dos clusters referidos nos números 7 e 8 do artigo 26.º, para assegurar a definição dos proveitos permitidos totais e das tarifas nos termos previstos no Regulamento N.º 52/2018, de 23 de janeiro, da ERSAR, relativo à Revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos. De referir que os Clusters ainda não foram objeto de definição e publicação pela ERSAR.*



15. A Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, relativa, designadamente, ao enquadramento e aplicação da TGR e o valor a aplicar em 2019 para efeito da projeção dos custos e proveitos da atividade em apreço (9,9 € / tonelada).

IV - Proposta

Em face do exposto propõe-se ao Órgão Executivo que:

1. Aprove, por aplicação da legislação em vigor, nomeadamente a atrás referida, a proposta de Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos a que se refere a informação em anexo (Anexo 1 / n.º 19828/2018, da DPOC), a qual se consubstancia na manutenção das Tarifas vigentes, em 2018, na faturação dos serviços de águas (Tarifa de Disponibilidade ou Fixa e Tarifa Variável) da responsabilidade dos SIMAS, e das tarifas aplicadas pelo Município de Oeiras aos Serviços Auxiliares por ele prestados e faturados.
O referido tarifário foi submetido à ERSAR, a 15 de outubro de 2018, e objeto de Parecer, conforme comunicação desta entidade que junto se anexa (Anexo 2 / sua Referência: O-010161/2018, de 15 de novembro de 2018);
2. Aprove a estrutura tarifária submetida no âmbito da Formação do Tarifário para 2019, nos moldes ora propostos;
3. Aprove, em acréscimo às Tarifas aplicáveis à atividade de gestão de resíduos urbanos, cobradas pelos SIMAS, no âmbito da faturação dos serviços de água, e pelo Município de Oeiras, no âmbito dos Serviços Auxiliares, a TGR no valor de 0,0319 € / m³ e 9,90 € / tonelada de resíduos urbanos indiferenciados recolhidos, respetivamente, dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, publicada na 2.ª Série do Diário da República, de 15 de abril de 2014, que aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos, na sua redação atual, e demais legislação em vigor;
4. Após aprovação, se proceda à publicitação da estrutura do "Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos" para o Município de Oeiras, para o ano 2019, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, do Tarifário Social, bem como do Tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares, conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.



Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2019
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2019		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade Diária /por cliente	Tarifa Variável por m³ de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0.0952 €	0.3518 €	Conforme disposto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 62.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017
Não Doméstico	0.3255 €	0.9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0.3518 €	Isenção da tarifa de disponibilidade aos utilizadores domésticos quando se encontrem em situação de carência económica, comprovada pelo sistema de segurança social, conforme alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Não Doméstico	0.0952 €	0.3518 €	Aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, conforme alínea b) do n.º 1 e a n.º 3 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Conforme Formação de Tarifário para 2019 objeto de Parecer positivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 15 de novembro de 2018 sua referência: O-010161/2018)			

Nota:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.ª Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 63.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 o valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) a aplicar em 2019 é de 0,0319 €/m³ de água consumida. No âmbito da faturação dos Serviços de Água a TGR é isenta de IVA, por analogia ao serviço a que se refere.



Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada 2019

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código				Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores sem IVA 1)
1.				Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.			Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.			Componente Variável		
1.	2.	1.		Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.		Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.		Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.		Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.		Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	1.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	2.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	3.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.				Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.			Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.			Componente Variável		
2.	2.	1.		Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) Componente Fixa (RO) - Isenção do pagamento sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os S.M.A.S, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) Componente Fixa (RHE) - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementamente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

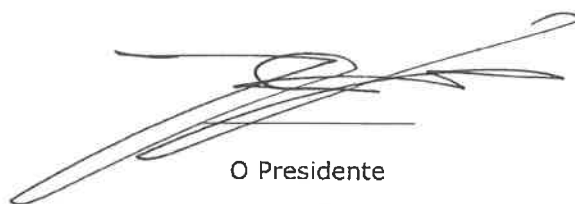
A TGR (€/tonelada) a que se refere a alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 deve corresponder à prevista, para 2019, no n.º 2 do artigo 58.º na redação dada pela Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, ou seja, 9,9 € / tonelada de resíduos indiferenciados recolhida e entregue para Destino Final à Entidade Gestora em Alta (Tratolixo). A TGR, quando aplicável, deve ser acrescida de IVA à taxa reduzida em vigor (6%), conforme faturação da Entidade em Alta emitida ao Município de Oeiras.



V – Anexos

Anexo 1: Informação do DMAG\DFP\DPOC n.º 19828/2018.

Anexo 2: Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 15 de novembro de 2018, sua referência: O-010161/2018, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2019 do Município de Oeiras.



O Presidente
Isaltino Morais

Oeiras, 7 de dezembro de 2018



INFORMAÇÃO N.º INT-CMO/2018/19828

Assunto: Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos 2019 – Proposta

I. Enquadramento:

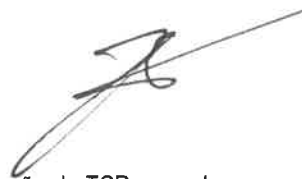
1. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina, na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, que compete à Câmara Municipal *fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras.*
2. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, relativa ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece, no seu artigo 21.º, os requisitos legais subjacentes aos preços a fixar e a praticar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta, não devendo esses ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.
3. O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que *os custos suportados são medidos em situação de eficiência produtiva e, quando aplicável, de acordo com as normas do regulamento tarifário em vigor.*
4. A lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), constituindo atribuição desta entidade, entre outras (plasmadas no artigo 5.º), em matéria de regulação comportamental económica, as seguintes, integrantes, respetivamente, nas alíneas b) e c) do número 3:
 - a. *Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis;*
 - b. *Emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação aplicável, bem como fiscalizar e sancionar o seu incumprimento;*
5. O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR¹, estabelece, nos termos do seu artigo 1.º, as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.
6. O Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série – n.º 56 – 20 de março de 2017, doravante designado por Regulamento do Serviço (objeto da Declaração de Retificação n.º 463/2017²), e respetivo Relatório de Fundamentação Económica e Financeira, componente relativa à Estrutura Tarifária e Faturação dos Serviços (Capítulo V) e o Anexo II – Estruturas Tarifárias (Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada - Serviços Auxiliares).

¹ Alterada pela ERSAR, no âmbito do Regulamento N.º 52/2018, publicado em Diário da República, 2.ª Série – N.º 56, de 23 de janeiro.

² Publicada em Diário da República, 2.ª Série – N.º 135, de 14 de julho de 2017.



7. O regulamento referido no ponto anterior foi elaborado em resposta ao disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, designadamente, o constante no Capítulo V, relativo à Estrutura Tarifária e Faturação dos Serviços.
8. A proposta do Modelo de Tarifário para 2019, cuja fundamentação técnica se apresenta na presente informação, foi elaborada por aplicação do Regulamento de Serviço.
9. A Formação do Tarifário em apreço foi submetida a Parecer da Entidade Reguladora, o qual, sendo prévio à aprovação pelo Órgão Executivo, constitui em conjunto com a presente informação um elemento de apoio à deliberação dando cumprimento ao previsto no artigo 21.º, n.º 7, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
10. Por aplicação do teor da estrutura tarifária prevista no Regulamento de Serviço, nomeadamente, o constante no artigo 65.º, que define as regras de cálculo da tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos, a metodologia utilizável ao cálculo da tarifa variável no Município de Oeiras é a referida no n.º 1, ou seja, a Tarifa Variável dos RU é indexada ao consumo da água por não existir medição direta do peso ou volume de resíduos urbanos produzidos (euros/m³ de água consumida).
11. A estrutura tarifária aplicável é a prevista no n.º 1 do artigo 63.º do referido regulamento e consubstancia-se pela aplicação de tarifas distintas de disponibilidade (componente fixa) e variável aos serviços de resíduos consoante se trate de utilizadores domésticos ou não domésticos (faturação dos SIMAS), pela aplicação das tarifas dos serviços auxiliares prestados pelo Município de Oeiras e pela repercussão do encargo suportado com a TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), nos termos da legislação aplicável.
12. Os tarifários sociais aplicáveis encontram-se previstos no artigo 66.º do Regulamento de Serviço, respetivamente:
 - a. Alínea a) do n.º 1) e n.º 2 - utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social, através da isenção das tarifas de disponibilidade;
 - b. Alínea b) do n.º 1 e n.º 3 - utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação das tarifas (de disponibilidade e variável) aplicáveis aos utilizadores domésticos.
13. Para efeitos da alínea a) do ponto 11, considera-se, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º, carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:
 - a. Complemento Solidário para Idosos;
 - b. Rendimento Social de Inserção;
 - c. Subsídio Social de Desemprego;
 - d. 1.º Escalão do Abono de Família;
 - e. Pensão Social de Invalidez.
14. Nos termos do artigo 93.º, *relativo ao regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão direta, as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta dispõem de um prazo de três anos, contados a partir da definição e comunicação por parte da ERSAR dos clusters referidos nos números 7 e 8 do artigo 26.º, para assegurar a definição dos proveitos permitidos totais e das tarifas nos termos previstos no Regulamento n.º 52/2018, de 23 de janeiro, da ERSAR, relativo à Revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos. De referir que os Clusters ainda não foram objeto de definição e publicação pela ERSAR.*



15. A Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, relativa, designadamente, ao enquadramento e aplicação da TGR e o valor a aplicar em 2019 para efeito da projeção dos custos e proveitos da atividade em apreço (9,9 € / tonelada).

II. Metodologia:

Conforme tem sido prática na Formação de Tarifários de anos anteriores (desde o de 2015) e dando cumprimento às instruções que constam do ficheiro da ERSAR para importação da Formação do Tarifário para 2019, a efetuar no Portal, procedeu-se ao preenchimento das várias folhas de trabalho tendo por base a informação previamente recolhida, tratada e sistematizada no ficheiro de suporte, o qual respeitou, também, os princípios inerentes aos reportes de contas anteriores e, naturalmente, de anteriores submissões tarifárias.

Custos

Nesta matéria, releva-se, desde logo, que **a projeção efetuada para os Custos Indiretos e Custos Comuns da atividade de gestão de resíduos urbanos (RU) de 2019 foi efetuada a partir da média aritmética simples do Reporte de Contas de 2017**, último reporte apresentado e validado após auditoria efetuada pela PWC (Pricewaterhouse Coopers & Associados) em julho último, e da previsão de fecho de exercício para 2018. Por seu turno, a previsão de fecho foi efetuada a partir da média aritmética simples dos Reportes de Contas de 2016 e 2017 (auditados pela mesma entidade).

Releva-se, igualmente, que **dada a indisponibilidade da Contabilidade de Custos** na aplicação de contabilidade em produção no Município de Oeiras, desde 1 de janeiro de 2017 (Flylight), **a previsão de fecho de exercício para 2018 e a projeção para 2019 dos Custos Indiretos³ e dos Custos Comuns⁴ teve em consideração os respetivos indicadores apurados em 2016 e objeto de Relatório no âmbito do Processo de Prestação de Contas (Volume III).**

Para efeito dos **Custos Diretos⁵** foi tido em atenção um pressuposto similar para a generalidade das rubricas, exceção feita, para as rubricas que a seguir se apresentam, cujos quadros sistematizam a informação correspondente para os anos 2018 (previsão de fecho de exercício) e 2019 (projeção / estimativa):

1. Tratolixo / TGR – Taxa de Gestão de Resíduos

A título de fundamentação considera-se atinente referir o seguinte:

- a. Nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro⁶, *“As entidades responsáveis por sistemas de gestão de fluxos específicos de resíduos, individuais ou integrados, de sistemas de gestão de resíduos urbanos multimunicipais ou intermunicipais, de instalações de incineração e deposição de resíduos, estão obrigadas*

³ *Custos Indiretos* – Custos que refletem a utilização de recursos com a prestação de dois ou mais serviços objeto de análise ou outras atividades levadas a cabo pela entidade em questão. Na medida em que apenas são indiretamente atribuíveis a um dado serviço, existem diferentes metodologias possíveis para a sua imputação.

⁴ *Custos Comuns* – Custos cuja ocorrência se poderá justificar pela atividade a nível global da entidade gestora, isto é, são custos que continuariam a ser incorridos se um certo serviço fosse abandonado e que também seriam incorridos se esse fosse o único serviço da entidade gestora. A percentagem de custos comuns atribuída depende da metodologia de reconhecimento utilizada.

⁵ *Custos Diretos* – Custos diretamente atribuíveis a um determinado serviço objeto de análise, apresentando uma relação direta e inequívoca com a sua prestação.

⁶ Na redação dada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro.

ao pagamento de uma taxa de gestão de resíduos visando compensar os custos administrativos de acompanhamento das respetivas atividades, incentivar a redução da produção de resíduos, estimular o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos e melhorar o desempenho do sector."

- b. O n.º 2 do mesmo diploma estabelece que a "A taxa de gestão de resíduos deve ser objeto de aumento gradual de acordo com os princípios gerais previstos no presente decreto-lei e nos instrumentos de planeamento em vigor, devendo assumir, entre 2015 e 2020, os seguintes valores:

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Valor da TGR (€/t de resíduos)	5,5	6,6	7,7	8,8	9,9	11,0

- c. Nessa perspetiva, numa primeira análise, o quadro que se segue sistematiza a execução do período de janeiro a julho e a previsão de agosto a dezembro, para 2018, relativamente ao n.º de toneladas objeto de faturação e os correspondentes montantes apurados no âmbito da TGR (TGR_C – TGR Células de Confinamento Técnico, parte integrante da faturação do serviço e TGR_O – Incineração, faturada separadamente) e aos serviços prestados (base de incidência).

Previsão de Fecho de Exercício 2018						
	N.º de Toneladas			Valor		
	Execução (Jan. - Jul.)	Previsão (Ago. - Dez.)	Total	Execução (Jan. - Jul.)	Previsão (Ago. - Dez.)	Total
TGR_C	19.008,92	13.577,80	32.586,72	177.327,37 €	126.662,40 €	303.989,77 €
TGR_O	10.094,74	7.210,53	17.305,26	26.699,86 €	19.071,33 €	45.771,19 €
TGR	29.103,66	20.788,33	49.891,98	204.027,23 €	145.733,73 €	349.760,96 €
Base (TGR_C e TGR_O)						
Out. resíduos urbanos e equiparados, inc. mistura resíduos - Oeiras	34.865,82	24.904,16	59.769,98	1.433.591,87 €	1.023.994,19 €	2.457.586,06 €
Resíduos de Limpeza de Ruas - Oeiras	3.434,96	2.453,54	5.888,50	141.236,62 €	100.883,30 €	242.119,93 €
Serviços Base TGR	38.300,78	27.357,70	65.658,48	1.574.828,49 €	1.124.877,49 €	2.699.705,99 €

Previsão 2018
Nível similar à média da execução de 7 meses (jan. - jul.) aplicada aos restantes 5 meses

(em t)

Para efeito da previsão de fecho de exercício de 2018 e por se considerarem materialmente irrelevantes -47,64 toneladas, não se consideraram as Notas de Crédito e Débito de faturação de TGR - faturadas em 2018.

A manter-se um nível similar ao registado nos primeiros 7 meses perspectiva-se para o final do corrente exercício económico um aumento da ordem dos 3 pontos percentuais do custo faturado (349.760,96 € em vez dos 341.024,63 € inicialmente previstos⁷).

- d. Simultaneamente, a mesma fonte, também utilizada para a fundamentação económica e financeira da proposta de Tarifário prevê, em 2019, para a Câmara Municipal de Oeiras uma TGR que ascende aos 380.471,94 € que, na sequência do tratamento mais fino da execução deste agregado entre janeiro e julho de 2018, resulta na necessidade de expurgar uma parte desse valor por ser aplicável à entrega de resíduos urbanos para destino final provenientes da limpeza urbana e das recolhas efetuadas a Grandes Produtores, em qualquer dos casos com correspondência a

⁷ "Quadro descritivo dos pagamentos decorrentes do Contrato para a AMTRES e para cada um dos Municípios", reportado a 2015, doravante designado de forma simplista por "Quadro da Tratolixo", também designado por "Mapa TC (DGF)".

indiferenciados ou equiparados, por não se enquadrarem na componente regulada a que se reporta o tarifário em apreço.

- e. Por seu turno, as estruturas que se seguem apresentam o exercício realizado para 2018 e 2019, a partir da aplicação da estrutura percentual das diferentes atividades (regulada - AR⁸ e não regulada - ANR⁹) aos correspondentes valores previstos. Note-se que, no total respeito pelo princípio instituído no ficheiro de reporte da ERSAR, o custo expectável

Apuramento dos Custos TGR Previsão de fecho 2018				para 2019 em	Apuramento dos Custos TGR Projeção para 2019			
Atividades	Base* N.º Toneladas	Estrutura %	Valor TGR		Atividades	Base* N.º Toneladas	Estrutura %	Valor
AR	25.176,49	86%	302.456,97 €		AR	25.176,49	86%	329.014,39 €
ANR-GP	1.455,76	5%	17.488,67 €		ANR-GP	1.455,76	5%	19.024,27 €
ANR-LU	2.481,83	9%	29.815,33 €		ANR-LU	2.481,83	9%	32.433,28 €
Total	29.114,08	100%	349.760,96 €		Total	29.114,08	100%	380.471,94 €

Nota:

* Utilizou-se como base de distribuição da previsão de fecho de exercício 2018 do custo suportado com a TGR o n.º de toneladas executadas em 2018 (faturação de janeiro a julho 2018).

Nota:

* Utilizou-se como base de distribuição da previsão TGR que integra o Mapa do TC da DGF, para 2019, o n.º de toneladas executadas em 2018 (faturação de janeiro a julho 2018).

matéria de TGR é coincidente com os proveitos correspondentes.

2. Tratolixo - Prestação de Serviços

Complementarmente ao trabalho desenvolvido para efeito do ponto precedente e utilizando a mesma fonte de informação, ou seja, o tratamento exaustivo da faturação dos serviços prestados, deduzidos naturalmente da parte correspondente à TGR_C (TGR - Células de Confinamento Técnico), desta feita, por tipologia de resíduos urbanos, apurou-se os custos e o n.º de toneladas correspondentes aos primeiros sete meses, utilizando-se a respetiva média aritmética para efeito da previsão dos restantes cinco meses. Por aplicação deste exercício perspetiva-se um custo total para a componente regulada que, no final de 2018, se prevê venha a ultrapassar os 2,8 milhões de euros, conforme espelha o quadro que se segue.

Previsão de fecho de Exercício 2018 - AR						
	N.º de Toneladas			Valor		
	Execução (Jan. - Jul.)	Previsão (Ago. - Dez.)	Total	Execução (Jan. - Jul.)	Previsão (Ago. - Dez.)	Total
TGR (TGR_O e TGR_C) - Não aplicável						
Embalagens de Plástico - Oeiras	1.197,10	855,07	2.052,17	49.221,53 €	35.158,23 €	84.379,76 €
Embalagens de Vidro	1.359,22	970,87	2.330,10	55.887,78 €	39.919,84 €	95.807,62 €
Embalagens de Papel e Cartão - Oeiras	1.948,85	1.392,04	3.340,89	80.131,85 €	57.237,03 €	137.368,88 €
Restos de Comida - Oeiras	454,04	324,31	778,35	18.668,94 €	13.334,96 €	32.003,90 €
Monstros - Oeiras	1.240,06	885,76	2.125,82	50.988,04 €	36.420,03 €	87.408,07 €
Resíduos de Jardins e Parques, Biodegradáveis - Oeiras	1.830,60	1.307,57	3.138,17	75.269,51 €	53.763,94 €	129.033,45 €
Pneus usados	7,08	5,06	12,14	291,11 €	207,94 €	499,05 €
Subtotal (TGR não aplicável)	8.036,96	5.740,68	13.777,64	330.458,76 €	236.041,97 €	566.500,74 €
Base (TGR_C e TGR_O)						
Out. resíduos urbanos e equiparados, inc. mistura resíduos - Oeiras	32.960,01	23.542,86	56.502,87	1.355.229,77 €	968.021,26 €	2.323.251,03 €
Subtotal	32.960,01	23.542,86	56.502,87	1.355.229,77 €	968.021,26 €	2.323.251,03 €
Total	40.996,96	29.283,55	70.280,51	1.685.688,53 €	1.204.063,24 €	2.889.751,77 €

⁸ Remoção de resíduos urbanos da via pública e Serviços Auxiliares (SA).

⁹ Serviços de recolha de resíduos urbanos os Grandes Produtores (GP) e Limpeza e Higiene Urbana (LU), no respeitante à tipologia tratada pela Tratolixo como "Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo mistura de resíduos - Oeiras".



Numa perspetiva simplista, menosprezando o método de faturação¹⁰, a verificar-se esta previsão, no final de 2018, os custos totais executados nesta matéria (AR + ANR) terão ultrapassado os previstos no Quadro da Tratolixo em mais de 337 mil euros.

Em 2019, através da utilização do critério da TGR à projeção da prestação de serviço inscrita no Quadro atrás referido (2.790.114,06 €, uma redução de 163.309,73 € face à projeção homóloga para 2018), apura-se, para a componente regulada, um custo que ascende aos 2.449.933,16 €, conforme estrutura que de seguida se apresenta.

A este encargo acresce o pagamento do IUC das duas viaturas pesadas de resíduos (PSR), cedidas ao Município de Oeiras pela Tratolixo por Contrato Comodato que, no pressuposto de manutenção do valor pago em 2017 (758,00 €), em 2018 e 2019, representa um acréscimo ao encargo suportado com a prestação de serviço no montante de 689,78 €, conforme mostra a estrutura síntese a seguir apresentada.

Cálculo do serviço Tratolixo a aplicar transversalmente à AR e ANR

Custo Previsto 2.790.114,06 € Mapa TC (DGF)

Apuramento dos serviços Tratolixo por atividade (AR e ANR) - 2019

Atividades	Base* Execução 2019 (Jaq ₂₀₁₉ - J ₂₀₁₇)	Estrutura %	Valor
AR	40.994,96 €	88%	2.449.933,16 €
ANR-GP	2.257,60 €	5%	134.911,49 €
ANR-LU	3.434,96 €	7%	205.269,41 €
Total	46.689,52 €	100%	2.790.114,06 €

Nota:

* Utilizou-se como base de distribuição da previsão do Custo dos Serviços prestados pela Tratolixo (in Mapa do TC da DGF) o n.º de toneladas tratadas (in Mapas) de acordo com o plano de 2018 por agregação de atividades.

	Valor Total	Valor AR	Valor ANR
Prestação do Serviço:	2.790.114,06 €	2.449.933,16 €	2.889.751,77 €
IUC (2 viaturas PSR) **	758,00 €	689,78 €	689,78 €
	2.790.872,06 €	2.450.622,94 €	2.890.441,55 €
		2019	2018

3. AMTRES (participação da CMO) / Plano de Tesouraria / Despesas de Funcionamento

No contexto dos fornecimentos em alta crescem, às prestações de serviços da Tratolixo e à TGR, os custos suportados com a participação do Município de Oeiras nas Despesas de Funcionamento e/ou Plano de Tesouraria da AMTRES, cujas previsões correspondem, respetivamente:

- 4.º Trimestre de 2018** - corresponde ao 4.º Trimestre de 2017 acrescido da variação registada nos primeiros 3 trimestres de 2018 face a igual período de 2017;
- Ano 2019** – corresponde, por trimestre, à média aritmética simples dos últimos 4 anos (2015 a 2018).

¹⁰ A TGR_C, relativa à TGR – Células de Confinamento Técnico, é objeto de faturação, pela Tratolixo, conjuntamente com os serviços de deposição, tratamento e valorização dos resíduos urbanos recolhidos pelo Município de Oeiras.



Formação do Tarifário RU 2019
Evolução dos Custos AMTRES 2015 - 2019 (previsão)
(Preços Correntes)

Descrição	2015	2016	2017	2018*	Var. V.A. 2017/2018	Var. % 2017/2018	2019**	Var. V.A. 2018/2019	Var. % 2018/2019
1.º Trimestre	4.905,23 €	5.019,14 €	5.862,12 €	5.097,27 €	-764,85 €	-13%	5.220,94 €	123,67 €	2%
2.º Trimestre	6.032,44 €	7.907,89 €	6.930,86 €	7.606,08 €	675,22 €	10%	7.119,32 €	-486,76 €	-6%
3.º Trimestre	6.809,43 €	6.266,94 €	6.452,09 €	5.355,56 €	-1.096,53 €	-17%	6.221,01 €	865,45 €	16%
4.º Trimestre	5.294,48 €	5.276,25 €	6.439,89 €	6.042,97 €	-396,92 €	-6%	5.763,40 €	-279,57 €	-5%
Total	23.041,58 €	24.470,22 €	25.684,96 €	24.101,88 €	-1.583,08 €	-6%	24.324,66 €	222,78 €	1%

Fonte: Consulta das Contas Correntes da AMTRES no SCA (Sistema de Contabilidade Autárquica, ERP da AIRC) para os anos 2015 a 2016 e Flylight (ROCAIL) entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (1.º Trimestre de 2018) a 9 de outubro de 2018.
Tratamento DPOC.

Notas:

* O valor apresentado para o 4.º Trimestre de 2018 corresponde ao 4.º Trimestre de 2017 acrescido da variação registada nos primeiros 3 trimestres de 2018 face a igual período de 2017.

** Os valores apresentados correspondem, por trimestre, à média aritmética simples dos últimos 4 anos (2015 a 2018).

A constatar-se o cenário supra são expectáveis comportamentos antagónicos em 2018 e em 2019, quando comparados com os anos anteriores, respetivamente, -6% (-1.583,08 €) face a 2017 e +1% (+222,78 €) face 2018, sendo de referir que, na ausência de qualquer custo nessa matéria em 2017 e 2018 (até à data de tratamento da informação aquando a Formação do Tarifário em apreço), não se efetuou, para 2019, qualquer previsão para o "Dever de Equilíbrio", cuja última execução, no período em análise (no valor de 37.990,86 €), teve lugar em 2015 e, por esse facto, não foi tido em atenção na presente previsão.

4. Investimentos / Amortizações

Em matéria de investimentos e na ausência da versão final dos documentos previsionais para 2019, no que à Função 2.4.5. Resíduos Sólidos (com correspondência à atividade em apreço) diz respeito, considera-se atinente apresentar os pressupostos tidos em atenção, respetivamente:

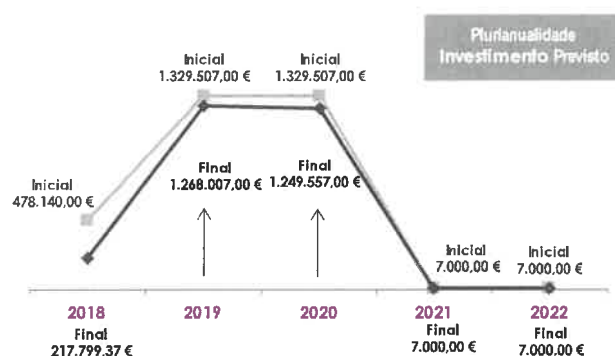
a. Previsão de fecho de Exercício de 2018:

- Considerou-se que o nível de faturação à data de Formação do Tarifário mantém-se no final do ano (vide quadro que se apresenta que contempla a versão da plurianualidade da despesa de investimento, à data de 11 de outubro de 2018);
- O equipamento adquirido e faturado será amortizado à mesma taxa de inflação (7,14%, correspondente a 14 anos de vida útil);
- Os valores iniciais acumulados no Ativo Fixo Bruto e nas Amortizações acumuladas respeitam à informação correspondente objeto de Reporte de Contas em 2017 (Balanço da atividade regulada).

b. Previsão dos investimentos para 2019

Numa perspetiva simplista assumiu-se que a plurianualidade prevista em 2018, para 2019, à data da presente Formação Tarifária, corresponde à previsão de 2019.

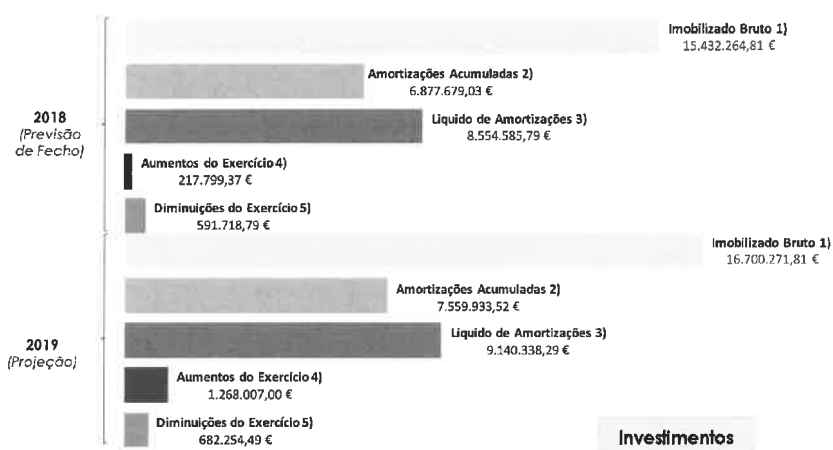
As estruturas gráficas que se apresentam conjugam estes pressupostos com os referidos na alínea anterior e evidenciam, a manter-se no final do ano o nível de execução expectável no contexto do presente trabalho, uma redução do investimento no triénio 2018-2020, respetivamente: 260.340,63 € (-54%) em 2018; 61.500,00 € em 2019 e 79.950,00 € em 2020.



Fonte: Formação do Tarifário 2019, a partir da plurianualidade do Controlo Orçamental das GOP de investimento (Função 2.4.5. Resíduos Sólidos) de 2018 reportada a 11 de outubro.

Notas:

Investimento Inicial corresponde ao valor do investimento da Função 2.4.5. aprovado para 2018, incluindo os montantes plurianuais. **Investimento Final** corresponde em 2018 à faturação e de 2019 a 2020 aos montantes plurianuais revistos, em qualquer dos casos à data de 11 de outubro de 2018.



Fonte: Quadro de Investimento do ficheiro de suporte à Formação do Tarifário 2019.

Notas:

- 1) Imobilizado Bruto do Ano n é igual ao Imobilizado Bruto do Ano n-1 acrescido dos Aumentos do Exercício do Ano n (aquisições).
- 2) Amortizações Acumuladas do Ano n é igual às Amortizações Acumuladas do Ano n-1 acrescidas das Diminuições do Ano n (Amortizações).
- 3) Líquido das Amortizações do Ano n é igual ao Imobilizado Bruto do Ano n deduzido das Amortizações Acumuladas do Ano n.
- 4) Aumentos do Ano n é igual às aquisições estimadas para o Ano n, em que n é igual a 2018 e/ou a 2019.
- 5) Diminuições do Ano n é igual às amortizações estimadas para o Ano n, em que n é igual a 2018 e/ou a 2019.

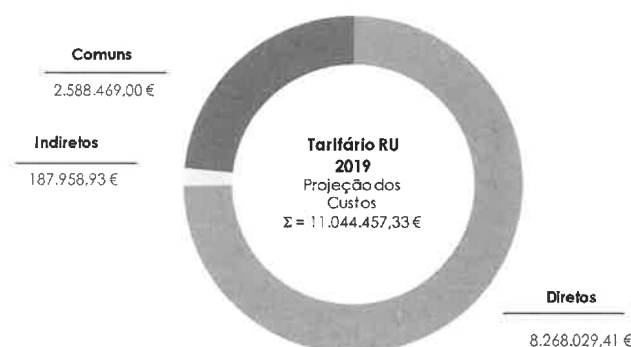
De referir que as amortizações previstas para 2019 são tratadas como Custo Direto da atividade de gestão de resíduos urbanos e apresentadas nos termos definidos pela ERSAR. O cálculo deste agregado teve por base o Reporte de Contas de 2017 e a projeção de investimentos para 2018.

Note-se que, contrariamente ao Reporte de Contas, não é possível em sede da Formação anual de Tarifário aferir, em rigor, qual o montante das amortizações que deve ser tratado como Custo Indireto, ou seja, relativo às amortizações de bens parcialmente utilizados no âmbito da atividade regulada (por norma viaturas¹¹ de diferentes tipologias).

Simultaneamente, em resposta ao pedido de informação da ERSAR, foi efetuada a matriz que se segue a qual evidencia uma taxa de execução do investimento, conforme descrito pela própria entidade¹², da ordem dos 31%.

Taxa de Execução do Investimento	
	2018
Formação do Tarifário do ano 2018	691.450 €
Formação do Tarifário do ano n+ 1 (ano 2019)	217.799 €
Taxa de Execução	31%

Em suma, por aplicação da metodologia atrás apresentada, espera-se que o custo total da atividade regulada atinja, em 2019, o montante de 11.044.457,33 €, distribuídos nos termos da estrutura a seguir apresentada.



Fonte: Formação do Tarifário 2019, submetida no Portal da ERSAR a 15 de outubro de 2018.

Os Custos Diretos são os mais expressivos (cerca de 75%) no cômputo dos custos projetados para 2019 e apresentam, face aos expectáveis em resultado do exercício homólogo para 2018 (então 8.484.147,90 €), um decréscimo da ordem de 3 pontos percentuais, seguindo-lhes os Custos Comuns responsáveis por cerca de 23%.

¹¹ Cujo valor das amortizações é calculado anualmente em função da aplicação de um critério de afetação apurado a partir do lançamento dos movimentos de Máquinas e Viaturas no OAD (Sistema de Obras por Administração Direta, pertencente ao ERP da AIRC).

¹² "A EG deve indicar a taxa de execução dos investimentos no ano de 2018, comparando a realização efetiva com a prevista no âmbito do FT2018." (em que FT é a sigla utilizada para Formação do Tarifário).



Proveitos

A folha relativa aos "Proveitos RU", parte integrante do ficheiro de importação da Formação do Tarifário de 2019 para o Portal da ERSAR, da autoria e anualmente revisto por esta entidade, permite apurar de forma direta os proveitos expectáveis para este serviço, em 2019, por aplicação do tarifário proposto ao utilizador final, a partir das quantidades previstas para faturação no âmbito dos Serviços de Água nos termos dos indicadores facultados pelos SIMAS (n.º de contratos e n.º de m³ de água consumida como base de aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável, respetivamente) e, bem assim, a partir da projeção para 2019 de uma execução similar à registada para os meses de janeiro a setembro de 2018 em matéria dos Serviços Auxiliares, prestados e faturados pelo Município de Oeiras.

Assim e para os devidos efeitos, são faturadas aos utilizadores pela prestação do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, nos termos do artigo 63.º do Regulamento do Serviço, respetivamente:

1. **A tarifa de disponibilidade**, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;
2. **A tarifa variável**, devida em função da quantidade de resíduos recolhidos durante o período objeto de faturação e expressa em euros por m³ de água consumida;
3. **As tarifas de serviços auxiliares**, devidas por cada serviço prestado e em função da unidade correspondente;
4. **A Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)**, que corresponde à repercussão do encargo suportado pela entidade gestora, junto da Tratolixo, no âmbito da atividade de gestão de resíduos urbanos, nos termos da legislação aplicável.

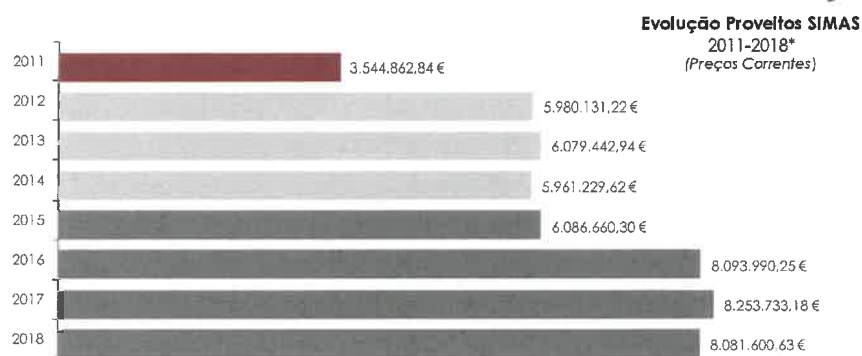
No contexto do ponto 4, salienta-se que, dando cumprimento à recomendação da ERSAR emitida no âmbito da Formação de Tarifário para 2018¹³, foi aprovada a aplicação da TGR¹⁴ em linha própria na faturação dos Serviços de Águas (AA – Abastecimento de Água e AR – Águas Residuais ou Saneamento), tal como as Tarifas de Resíduos Urbanos, desta feita no valor de 0,0544 € / m³.

Salienta-se, igualmente, que o produto dos proveitos do último quadriénio (2015-2018) resulta da aplicação de um modelo tarifário diferente do praticado até 2014, assente em tarifas únicas (de disponibilidade ou fixa e variável), considerando-se, nessa medida, relevante efetuar a análise da estrutura dos proveitos provenientes da faturação emitida pelos SIMAS para o Concelho de Oeiras, não obstante a manutenção das tarifas de 2016 em 2017 e 2018 e, bem assim, no âmbito do presente documento, também propostas para 2019.

Neste sentido, o gráfico que se segue ilustra a execução das tarifas de resíduos urbanos faturadas aos utilizadores finais pelos SIMAS, desde 2011, e quando aplicável a TGR (em 2018 faturada separadamente).

¹³ Parecer da ERSAR a que se refere a comunicação da entidade: sua referência O-010227/2017, de 4 dezembro de 2017.

¹⁴ Proposta de Deliberação n.º 831/2017, de 12 de dezembro.



Fonte: Mapa síntese da Formação do Tarifário para 2018, atualizado para efeito do Tarifário 2019, elaborados a partir da informação recolhida no ERP da AIRC (2011-2016) e Flylight (ROCAIL).

Nota:

* A informação relativa a 2018 reporta-se à execução dos meses de janeiro a julho e previsão dos restantes 5 (agosto a dezembro) calculada a partir da média de arrecadação dos 7 meses anteriores.

A análise do gráfico evidencia o impacto:

- Da atualização das tarifas aprovadas em 2011 e objeto de aplicação em 2012, perceptível por um aumento dos proveitos em cerca de 69% (+2.435.268,38 €);
- Da manutenção das tarifas entre 2012 e 2014, com uma cobrança similar no triénio a que corresponde uma execução média da ordem dos 6 milhões de euros;
- Da alteração do modelo Tarifário em 2015, nos termos previstos na Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril, da ERSAR, registando uma variação positiva em pouco mais de 125 mil euros comparativamente com o ano anterior;
- Do aumento das Tarifas (Fixas e Variáveis), em 2016, que, dando cumprimento ao requisito de Convergência Tarifária legal prevista, subjacente, designadamente, ao disposto no n.º 1, em articulação com o n.º 2, do artigo 21.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro¹⁵, resulta num aumento substancial dos proveitos acima dos 2 milhões de euros (cerca de +33%);
- De uma execução média a situar-se nos oito milhões de euros, entre 2016 e 2018, embora com uma maior expressão em 2017 (mais cerca de 159 mil euros que em 2016) e, em oposição, a redução da ordem dos 2% apontada no âmbito da previsão de fecho de 2018, em resultado da manutenção da estrutura tarifária de 2016 no biénio subsequente.

Complementarmente, constituindo tal informação um imperativo subjacente à Formação do Tarifário para 2019, recorreu-se ao número de utilizadores e ao número de m³ de água consumida, por tipo de utilizador - Doméstico e Não Doméstico, incluindo os aplicáveis aos Tarifários Sociais, para o Concelho de Oeiras, facultados pelos SIMAS em outubro último, conforme estruturas que se apresentam.

¹⁵ Relativamente ao facto de os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não deverem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados (medidos em situação de eficiência produtiva) com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.

Previsão 2018 e Projeção SIMAS 2019 deduzida da previsão de Grandes Produtores

N.º de Utilizadores	Execução 2018*	Previsão de fecho 2018 **	Total 2018	Projeção 2019 (Inicial)	Grandes Produtores	Projeção 2019 (final)
Total Domésticos	86.287	1.984	88.271	90.037	32	90.005
- c/ Tarifário Social	1.371	102	1.473	1.503		1.503
- c/ Tarifário Normal	84.916	1.882	86.798	88.534	32	88.502
Total Não Domésticos	7.618	323	7.941	8.100	294	7.806
- c/ Tarifário Social	348	26	374	382		382
- c/ Tarifário Normal	7.270	297	7.567	7.718	294	7.424
Total Geral	93.905	2.307	96.212	98.137	324	97.811

N.º m³ água Consumida	Execução 2018*	Previsão de fecho 2018 **	Total 2018	Projeção 2019 (Inicial)	Grandes Produtores*	Projeção 2019 (final)
Total Domésticos	5.932.178	2.150.580	8.082.758	8.535.392	17.491	8.517.901
- c/ Tarifário Social	61.257	22.143	83.400	88.070		88.070
- c/ Tarifário Normal	5.870.921	2.128.437	7.999.358	8.447.322	17.491	8.429.831
Total Não Domésticos	2.850.803	924.053	3.774.856	3.986.247	575.727	3.410.520
- c/ Tarifário Social	251.529	51.280	302.809	319.766		319.766
- c/ Tarifário Normal	2.599.274	872.773	3.472.047	3.666.481	575.727	3.090.754
Total Geral	8.782.981	3.074.633	11.857.614	12.521.639	593.218	11.928.421

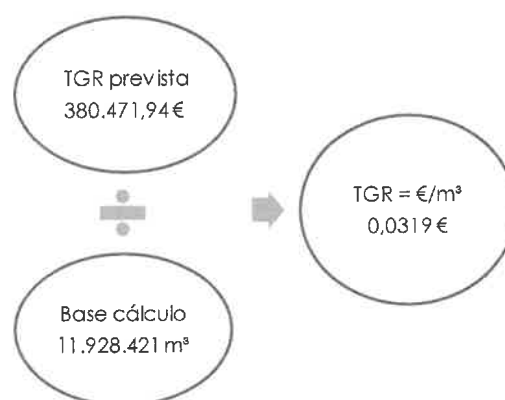
Fonte: Inquérito SIMAS de 1 de outubro de 2018.

Tratamento CPOC.

Nota:

* Informação dos SIMAS relativa à execução do serviço de janeiro a agosto de 2018.

** Previsão de fecho de Execução para o período de setembro a dezembro de 2018.



A propósito destas estruturas importa salientar o seguinte:

- A não aplicabilidade das Tarifas RU na faturação dos SIMAS aos utilizadores não domésticos que, nos termos previstos no Regulamento do Serviço tenham sido ou venham, em sede do processo de recenseamento, a ser considerados Grandes Produtores¹⁶, exige, no âmbito do Tarifário de 2019, uma projeção do impacto que este requisito possa ter sobre os vários indicadores, naturalmente, com consequências nas contas da atividade em apreço;
- Por aplicação do referido no ponto anterior, apurou-se, em face da informação disponível, uma estimativa do número de utilizadores e de m³ que virão a ser deduzidos aos estimados para 2018 ao nível dos utilizadores não domésticos (domésticos apenas os Grandes Produtores correspondentes a condomínios);
- A Projeção Inicial de ambos indicadores para 2018 corresponde à informação dada pelos SIMAS;

¹⁶ Com produção média diária de resíduos urbanos igual ou superior aos 1100 litros.

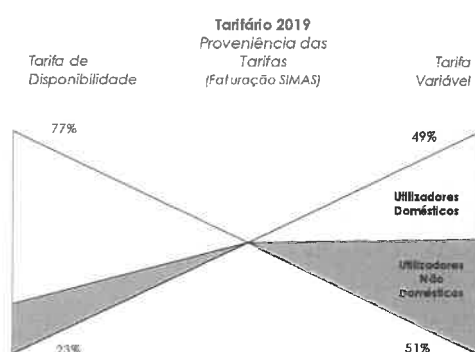
- A Projeção Final de ambos os indicadores para 2018 resulta, por seu turno, da dedução aos apurados no âmbito do ponto anterior dos indicadores projetados para utilizadores domésticos e não domésticos que se prevê venham a ser Grandes Produtores, por aplicação do referido normativo, tendo por base, naturalmente, a informação disponível;
- A TGR cobrada na faturação dos Serviços de Águas é aplicável a todos os utilizadores finais, propondo-se para 2019 o valor de 0,0319 €/m³ (cerca de -0,02 €/m³ que a TGR aplicável em 2018).

Por aplicação das Tarifas de 2018, em 2019, aos indicadores que integram as estruturas anteriores, com correspondência à folha do ficheiro de importação relativa aos Proveitos Tarifários RU-TUF (Tarifário ao Utilizador Final¹⁷), resulta na projeção dos proveitos por tipologia de tarifa (Fixa ou de Disponibilidade e Variável) e tarifário (Normal e Social) que de seguida se apresentam.

Síntese dos Proveitos Tarifários de Resíduos Urbanos previstos para 2019

Descrição	Tarifa de Disponibilidade			Tarifa Variável			Total	Est. %
	Tarifa (diária/utilizador)	Proveito Anual Previsto	Est. %	Tarifa (euros / m ³ de água consumida)	Proveito Anual Previsto	Est. %		
Domésticos		3 075.267,50 €	77%		2 996.597,59 €	49%	6.071.865,08 €	60%
Tarifário Normal	0,0952	3.075.267,50 €	77%	0,3518	2.965.614,56 €	48%	6.040.882,06 €	60%
Tarifário Social	Isento	0,00 €	0%	0,3518	30.983,03 €	1%	30.983,03 €	0%
Não Domésticos		895.253,09 €	23%		3 179.449,17 €	51%	4.074.702,26 €	40%
Tarifário Normal	0,3255	881.979,36 €	22%	0,9923	3.066.955,49 €	50%	3.948.934,85 €	39%
Tarifário Social	0,0952	13.273,74 €	0%	0,3518	112.493,68 €	2%	125.767,41 €	1%
Total Geral		3.970.520,59 €	100%		6.176.046,76 €	100%	10.146.567,35 €	100%

Fonte: Indicadores facultados pelos SIMAS aplicados às Tarifas a que se refere o Edital n.º 364/2017, de 13 de dezembro, e Estrutura Tarifária que integra o Relatório de Fundamentação Económica e Financeira do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e de Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56 - 20 de março de 2017.



- 77% da Tarifa de Disponibilidade prevê-se que resulte da cobrança aos utilizadores domésticos (-1% que o peso previsto em sede da Formação do Tarifário 2018);

¹⁷ Igualmente submetido no Portal da ERSAR, acompanhado por duas faturas (reais) emitidas pelos SIMAS a cada tipologia de utilizador (Doméstico e Não Doméstico) após aprovação das Tarifas pelo Órgão Executivo.



- 51% dos proveitos expectáveis no âmbito da Tarifa Variável reportam-se a utilizadores não domésticos e apresentam, face ao instrumento similar de 2018, uma variação negativa em cerca de 4 pontos percentuais.

A análise do quadro permite, por seu turno, adicionalmente, tecer os seguintes comentários:

- 61% dos proveitos projetados resultam da aplicação do tarifário variável (6.176.046,76 €), em oposição aos 39% expectáveis por aplicação do tarifário de disponibilidade (3.970.520,59 €);
- 60% dos proveitos previstos provêm dos utilizadores domésticos e resultam quase na totalidade (cerca de 99,5%) à aplicação do tarifário normal;
- O tarifário social reflete-se num apoio do Município de Oeiras aos utilizadores beneficiários que ultrapassa, por via da aplicação do tarifário proposto, os 156 mil euros, registando maior expressão ao nível dos utilizadores não domésticos (cerca de 80%). Prevê-se que a arrecadação proveniente do tarifário social variável venha a ultrapassar os 112 mil euros.

O efeito conjugado da opção de manutenção do tarifário RU praticado no último triénio, em 2019, com a revisão dos indicadores subjacentes ao cálculo das tarifas (n.º de utilizadores = disponibilidade e n.º de m³ de água consumida = variável) tendentes a perspetivar o impacto da não aplicabilidade das tarifas RU aos Grandes Produtores, nos termos previstos no Regulamento de Serviço com a redução dos custos em alta¹⁸, projetados para 2018 (destino final dos resíduos urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos, no seu conjunto com uma redução prevista da ordem dos 123 mil euros), resulta na melhoria do grau de cobertura, conforme atrás se referiu, acrescendo, naturalmente, aos proveitos provenientes dos SIMAS a projeção Serviços Auxiliares estimados (objeto de faturação pelo Município de Oeiras), num total de 4.056,24 € (3.826,65 € + IVA à taxa reduzida legal em vigor).

Os Serviços Auxiliares traduzem-se, efetivamente, num agregado de proveitos diretos, da atividade de gestão resíduos urbanos, verdadeiramente inexpressivo, quando comparado com o objeto de faturação pelos SIMAS, sendo de relevar que os valores submetidos a Parecer da Entidade Reguladora, no âmbito da Formação do Tarifário de 2019, correspondem à aplicação da estrutura tarifária prevista no Regulamento de Serviço aos indicadores registados em 2018 (entre 1 de janeiro e 2 de outubro), no pressuposto de se registar um nível similar em 2019.

Nesta perspetiva, a estrutura infra sistematiza as tarifas aplicadas e o número de unidades, por componente do serviço, e respetiva aplicação por tipologia de resíduos recolhidos, com e sem IVA à taxa reduzida legal em vigor.

A manter-se o cenário projetado, a análise da informação permite aferir que cerca de 78% dos proveitos provêm da recolha seletiva (46% monos e 32% verdes) e 22% da recolha de resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados, sendo de relevar que, neste último agregado, respeita a um serviço prestado a um Grande Produtor, complementamente às recolhas regulares (da responsabilidade do próprio) não enquadráveis nas competências do Município de Oeiras.

¹⁸ "Quadro descritivo dos pagamentos decorrentes do Contrato para a AMTRES e para cada um dos Municípios", reportado a 2015, doravante designado de forma simplista por "Quadro da Tratolixo", também designado por "Mapa TC (DGF)".

Síntese Tarifária dos Serviços Auxiliares em 2019
Projeção de Projeitos

Serviços auxiliares	Quantidade anual (#)	Tarifa (€)	Ano 2018 (*)	
			Montante (€) (Sem IVA)	Montante (€) (Com IVA)
1. Utilização de Recursos Ordinários (RO)			3.295,4392	3.493,1856
1.1. Componente Fixa (RO) 2) / Unidade	3	47,9362	143,8086	152,4371
1.2. Componente Variável			3.295,4392	3.493,1856
1.2.1. Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM) / Km	310	0,9264	287,1840	304,4150
1.2.2. Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM) / Km	325	0,4632	150,5400	159,5724
1.2.3. Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional) / hora	51	16,8434	859,0134	910,5542
1.2.4. Assistente Operacional / hora	51	16,8434	859,0134	910,5542
1.2.5. Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro / Tonelada				
1.2.5.1. Utilizadores Domésticos / Tonelada	38	14,9959	569,8442	604,0349
1.2.5.2. Utilizadores Não Domésticos / Tonelada	1	29,9918	29,9918	31,7913
1.2.5.3. Grandes Produtores / Tonelada	9	59,9836	539,8524	572,2435
2. Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)			387,3982	410,6421
2.1. Componente Fixa (RHE) 3)		Isento		
2.2. Componente Variável			387,3982	410,6421
2.2.1. Pedido de mão de Obra	23	16,8434	387,3982	410,6421
Total			3.626,6460	4.056,2448

Serviços Auxiliares (SA)
2019

Base de apuramento dos
proveitos = execução de 2018
de 1 de janeiro a 2 de outubro

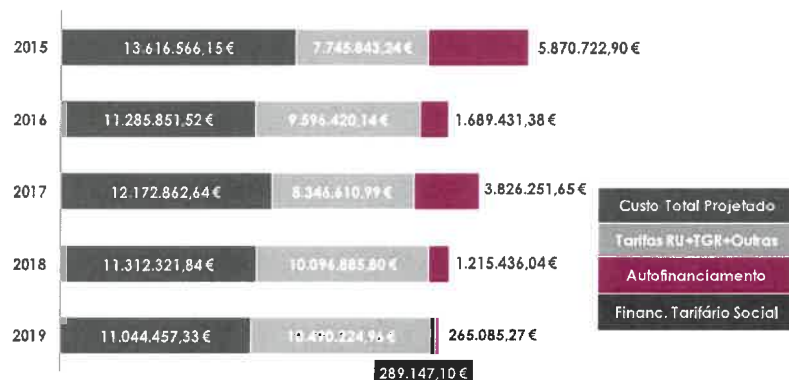
			Ano 2018 (*)												
			Montes		Verdes		Indiferenciados		Total						
	Tarifa (€)	Quantidade e anual (#)	Montante (€) (Sem IVA)	Montante (€) (Com IVA)	Quantidade e anual (#)	Montante (€) (Sem IVA)	Montante (€) (Com IVA)	Quantidade e anual (#)	Montante (€) (Sem IVA)	Montante (€) (Com IVA)	Quantidade e anual (#)	Montante (€) (Sem IVA)	Montante (€) (Com IVA)		
Serviços auxiliares															
1. Utilização de Recursos Ordinários (RO)			1.467,9214	1.555,9967		1.225,9840	1.299,5430		745,3424	790,0629		3.439,2478	3.645,9027		
1.1. Componente Fixa (RO) 2) / Unidade			47,9362	1	47,9362	50,8124	2	95,8724	101,6247	0	0,0000	0,0000	3	143,8086	152,4371
1.2. Componente Variável				1.419,8852	1.505,1843		1.130,1115	1.197,9183		745,3424	790,0629		3.295,4392	3.493,1656	
1.2.1. Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM) / Km			0,9264	0	0,0000	0,0000	270	250,1280	265,1357	40	37,0560	39,2794	310	287,1840	304,4150
1.2.2. Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM) / Km			0,4632	325	150,5400	159,5724	0	0,0000	0,0000	0	0,0000	0,0000	325	150,5400	159,5724
1.2.3. Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional) / hora			16,8434	27	454,7718	482,0581	19	320,0246	338,2261	5	84,2170	89,2700	51	659,0134	710,5542
1.2.4. Assistente Operacional / hora			16,8434	27	454,7718	482,0581	19	320,0246	338,2261	5	84,2170	89,2700	51	659,0134	710,5542
1.2.5. Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro / Tonelada															
1.2.5.1. Utilizadores Domésticos / Tonelada			14,9959	24	359,9016	381,4957	14	209,9426	222,5392	0	0,0000	0,0000	38	569,6442	604,0349
1.2.5.2. Utilizadores Não Domésticos / Tonelada			29,9918	0	0,0000	0,0000	1	29,9918	31,7913	0	0,0000	0,0000	1	29,9918	31,7913
1.2.5.3. Grandes Produtores / Tonelada			59,9836	0	0,0000	0,0000	0	0,0000	0,0000	9	539,8524	572,2435	9	539,8524	572,2435
2. Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)				286,3378	303,5181		16,8434	17,8540		84,2170	89,2700		387,3982	410,6421	
2.1. Componente Fixa (RHE) 3)			Isento												
2.2. Componente Variável				286,3378	303,5181		16,8434	17,8540		84,2170	89,2700		387,3982	410,6421	
2.2.1. Pedido de mão de Obra			16,8434	17	286,3378	303,5181	1	16,8434	17,8540	5	84,2170	89,2700	23	387,3982	410,6421
Total				1.754,2592	1.859,5148		1.242,8274	1.317,3970		829,5594	879,3330		3.626,6460	4.056,2448	

Fonte: Sistematização da Informação da DHU (Orçamentos dos Serviços Auxiliares) e respetivo cruzamento com a faturação dos serviços registada no Flylight.
Tratamento DPOC.

Os serviços Auxiliares (SA), sendo objeto de Orçamentação Prévia, apenas são objeto de faturação pelo Município de Oeiras quando os resíduos urbanos a recolher, a pedido de Utilizadores Domésticos e Não Domésticos atinjam ou ultrapassem os 1100 litros e, quando solicitados por Grandes Produtores, correspondam a situações extra contrato no âmbito dos serviços prestados pela autarquia nos termos regulamentares previstos. Simultaneamente, em face da sua inexpressividade, importa ainda salientar que a TGR aplicável a estes serviços encontra-se diluída no agregado total previsto para a atividade regulada.

Paralelamente, considera-se pertinente realçar que, desde a entrada em vigor do novo modelo tarifário, os proveitos provenientes da faturação dos Serviços Auxiliares e das tarifas RU, respetivamente, pelo Município de Oeiras e pelos SIMAS (faturação dos serviços de águas = AA – Abastecimento de Água e AR – Águas Residuais), têm sido manifestamente insuficientes para fazer face aos custos suportados com a atividade de gestão de resíduos urbanos, resultando nessa medida na necessidade de recorrer ao autofinanciamento, conforme ilustra o gráfico que se segue.

Tarifário RU 2015-2019 / Custo Total vs Financiamento
Preços Correntes



Fonte: Formação do Tarifário de cada ano em apreço.

Notas:

Os proventos da atividade de gestão de resíduos urbanos refletidos em cada ano contemplam, respetivamente:

* 2015 - O produto da cobrança das Tarifas objeto de faturação pelos SIMAS, embora sem considerar a aplicação de Tarifário Social por ter subjacente novos requisitos para a sua atribuição;

* 2016 a 2018 - O produto das Tarifas faturadas pelos SIMAS (incluindo as resultantes da aplicação de Tarifários Sociais) e pelo Município de Oeiras (Serviços Auxiliares);

* 2019 - Para além do produto das tarifas faturadas pelos SIMAS e pelo Município de Oeiras (à semelhança do triénio 2016-2018), contempla também o produto da repercussão da TGR nos utilizadores finais (faturação SIMAS) e a restituição de uma parte da TGR paga pela Tratolixo, pela APA (Agência Portuguesa para o Ambiente), nos termos legais previstos.

Não obstante a previsão de aplicação do Tarifário Social, desde 2016, apenas no âmbito da Formação do Tarifário para 2019 é reconhecido, pela ERSAR, a quota-parte do Tarifário Social não suportada pela tarifa com o provento da atividade, na figura de Subsídio à Exploração, pelo que, os proventos passam a ser superiores por via desse reconhecimento.

Da leitura da informação, relativa aos cinco últimos tarifários (todos eles submetidos a Parecer da Entidade Reguladora), constata-se que os valores do autofinanciamento têm sido bastante expressivos, em particular, nos anos 2015 e 2017, os quais registaram valores acima dos 5,8 e dos 3,8 milhões de euros, respetivamente.

Para 2019, em resultado do efeito conjugado da projeção dos custos e proveitos consubstanciada, grosso o modo, por uma redução e por um aumento respetivamente, é expectável uma redução bastante expressiva do recurso ao autofinanciamento, quando comparado a 2015, que, em valor absoluto, poderá ultrapassar os 5,6 milhões de euros. Atente-se que, é expectável, no contexto do presente trabalho, que o autofinanciamento em 2019, no montante de 265.085,27 €, represente cerca de 2% do custo total (uma variação negativa em cerca de 8 p.p., face ao Tarifário 2018), em oposição aos cerca de 43% projetados aquando a Formação de Tarifário de 2015.

Releva-se que, a melhoria deste indicador resulta, também, do reconhecimento, como subsídio à exploração, do benefício concedido através da aplicação do Tarifário Social (+289.147,10 €), da arrecadação da restituição de 5% da TGR paga pela

Tratolixo à APA, nos termos da legislação em vigor, e da preocupação contínua e sistemática em aperfeiçoar a qualidade e o rigor da informação facultada à ERSAR, no âmbito do Reporte de Contas e Formação de Tarifário, suportada, naturalmente, na otimização da Contabilidade de Custos que culminou, em 2016, no domínio da atividade de gestão de Resíduos Urbanos (Função 2.4.5.), na desagregação na Tabela de Bens e Serviços das várias tipologias resíduos por componente (regulada e não regulada) permitindo obter no final de cada exercício económico uma informação mais fina e fidedigna.

Nesta matéria, não é demais salientar que a indisponibilidade da Contabilidade de Custos na aplicação informática em produção na contabilidade desde 1 de janeiro de 2017 (Flylight), nos moldes que vinha sendo disponibilizada em anos anteriores, desde a sua implementação, em 2012, não permitiu reportar as Contas de 2017 e formar os tarifários para 2018 e para 2019 nos moldes, como por exemplo, chegou a ser feito para a Formação do Tarifário de 2017 (e desde 2015) e para os Reportes de Contas de anos anteriores, em particular o relativo a 2016 cuja Tabela de Bens e Serviços, na Contabilidade de Custos, foi revista para facultar a informação económica (custo) por tipologia de resíduos urbanos por atividade regulada e não regulada (Grandes Produtores). Ainda assim, não obstante a indisponibilidade da referida ferramenta de gestão e/ou de outros critérios alternativos mais atuais, foi possível, a partir da aplicação dos coeficientes de custos indiretos e de custos comuns apurados em 2016, projetar os respetivos montantes para 2019.

III. Análise:

No sentido de promover a melhoria do grau de cobertura em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços sem comprometer a acessibilidade económica, nos termos dos Pareceres da Entidade Reguladora emitidos no âmbito da Formação dos Tarifários, desde 2015, o Tarifário aplicável ao Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (modelo atual), no Município de Oeiras, apenas registou um aumento, em 2016 face a 2015, tendo-se mantido inalteráveis as tarifas nos anos que se seguiram (incluindo o ora proposto), conforme espelha a estrutura que se apresenta.

Análise Comparativa das Tarifas RU laturadas pelos SIMAS por aplicação do tarifário de 2015 e de 2016 = a 2017 e 2018
Preços Correntes

Utilizadores	2015		2016 = 2017 = 2018 = 2019		Variação V.A. 2016=2017=2018=2019/2015	
	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável
Doméstico						
Normal	0,0770 €	0,2844 €	0,0952 €	0,3518 €	0,0182 €	0,0674 €
Social		0,2844 €		0,3518 €	0,0000 €	0,0674 €
Não Doméstico						
Normal	0,1936 €	0,5694 €	0,3255 €	0,9923 €	0,1319 €	0,4229 €
Social	0,0770 €	0,2844 €	0,0952 €	0,3518 €	0,0182 €	0,0674 €

Nota:

A Tarifa de Disponibilidade (ou Fixa) é aplicável diariamente por utilizador e a Tarifa Variável é aplicável por m3 de água consumida.

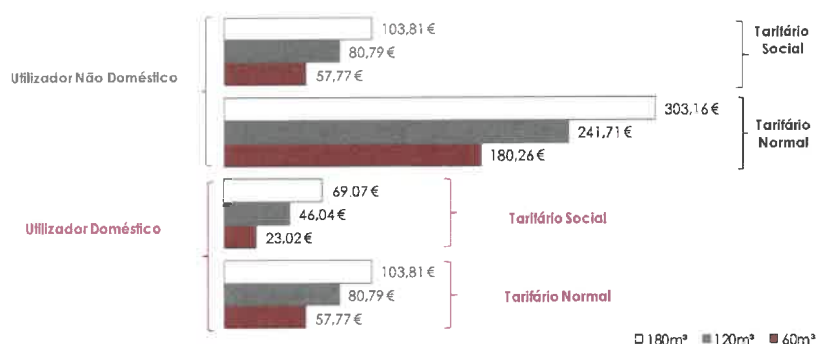
O Tarifário Familiar deixou de ser aplicável no Município pois este não utiliza o Sistema PAYT (Pay As You Throw) como base de cálculo da Tarifa Variável.

Complementarmente, por analogia ao ficheiro da ERSAR utilizado para efeito de Formação do Tarifário, no Portal, o gráfico a seguir apresentado permite aferir o custo anual suportado em matéria de Resíduos Urbanos por escalão de consumo de água (60 m³, 120 m³ e 180 m³) e por tipo de utilizador final.

Releva-se que, nos termos do Ofício Circulado N.º 30177/2015, de 10 de dezembro, da Autoridade Tributária, a faturação das Tarifas aplicáveis ao serviço de gestão de Resíduos Urbanos (remoção de resíduos da via pública) está isenta de IVA.

Releva-se ainda que os valores apresentados graficamente consideram a aplicação da TGR proposta em sede do presente documento, cujo desdobramento por agregado de consumo encontra-se tratado no quadro imediatamente infra.

Custo Total Anual Suportado Resíduos Urbanos por Intervalo de consumo
(incluindo aplicação da TGR proposta para 2019)



Encargos Anuais por aplicação do Tarifário 2019
(Igual ao praticado entre 2016 e 2018)
Preços Correntes

Utilizadores	60 m³ (5 m³ mensais)				120 m³ (10 m³ mensais)				180 m³ (15 m³ mensais)			
	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	TGR	Total	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	TGR	Total	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	TGR	Total
Doméstico												
Normal	34,75 €	21,11 €	1,91 €	57,77 €	34,75 €	42,22 €	3,83 €	80,79 €	34,75 €	63,32 €	5,74 €	103,81 €
Social	NA	21,11 €	1,91 €	23,02 €	NA	42,22 €	3,83 €	46,04 €	NA	63,32 €	5,74 €	69,07 €
Não Doméstico												
Normal	118,81 €	59,54 €	1,91 €	180,26 €	118,81 €	119,08 €	3,83 €	241,71 €	118,81 €	178,61 €	5,74 €	303,16 €
Social	34,75 €	21,11 €	1,91 €	57,77 €	34,75 €	42,22 €	3,83 €	80,79 €	34,75 €	63,32 €	5,74 €	103,81 €

Notas:

NA - Não Aplicável | TGR Taxa de Gestão de Resíduos

O valor da TGR considerado no presente exercício corresponde ao valor proposto para 2019 (0,0319 € / m³)

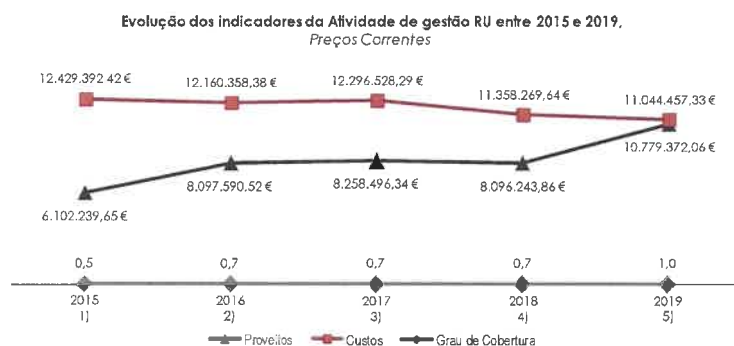
O gráfico ilustra também os valores suportados por cada agregado de utilizadores consoante se trate de beneficiários do Tarifário Social ou do Tarifário Normal e evidencia o cumprimento dos requisitos regulamentares subjacentes à aplicação dos Tarifários Sociais. Atente-se que, no caso dos utilizadores domésticos, o Tarifário Social consiste na isenção da tarifa de Disponibilidade, pelo que os valores indicados apenas respeitam à Tarifa Variável acrescida da TGR.

Embora insuficiente para fazer face aos custos suportados pelo Município no âmbito da atividade em apreço, o aumento das tarifas registado em 2016, face a 2015, teve em vista o cumprimento do estabelecido no artigo 93.º do regulamento tarifário

sobre a necessidade de as entidades gestoras deverem definir uma trajetória de convergência tarifária, no total respeito pelo disposto no n.º 1 do artigo 52.º do referido diploma, o qual estipula que os tarifários do serviço de gestão de resíduos urbanos devem ser definidos por “...forma a refletirem a recuperação dos custos incorridos com a prestação do serviço em cenário de eficiência, incluindo o custo anual da manutenção e substituição das infraestruturas e equipamentos.”.

Neste sentido, o gráfico a seguir apresentado ilustra, por seu turno, as variações registadas por aplicação das tarifas definidas para o período compreendido entre 2015 a 2019, sendo perceptível o aumento dos proveitos daí resultantes que, associado à redução dos custos da atividade, repercute-se numa melhoria do grau de cobertura o qual, para a informação apurada, apresenta uma variação positiva, em cerca de 3 décimas, em 2019 face a 2018. Note-se que, contrariamente às anteriores formações de tarifário, aplicáveis à atividade de gestão de resíduos urbanos, a relativa a 2019 considera, no cômputo dos proveitos, o tratamento separado da TGR e a assunção dos benefícios concedidos por aplicação de tarifários sociais como um subsídio à exploração.

Não obstante os proveitos estimados ficarem, ainda, aquém do custo previsto, constata-se que a Formação de Tarifário em apreço apresenta melhores indicadores que os registados em anos anteriores, na medida em que evidencia um menor desfasamento entre os custos e os proveitos (em pouco mais de 265 mil euros).



Notas:

1) Fonte: Reporte de Contas de 2015, validado pela Entidade Reguladora a 10 de agosto de 2016, em resultado da aplicação do primeiro tarifário realizado ao abrigo da Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril da ERSAR, Formação do Tarifário 2015 (Custos = 13.616.566,15 € / Proveitos = 7.745.843,24 € / Grau de Cobertura = 0,6).

2) Fonte: Reporte de Contas de 2016, validado pela Entidade Reguladora a 6 de julho de 2017, Formação do Tarifário 2016 (Custos = 11.285.851,52 € / Proveitos = 9.596.420,14 € / Grau de Cobertura = 0,9).

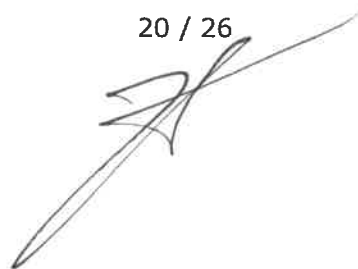
3) Fonte: Reporte de Contas de 2017, validado pela Entidade Reguladora a 23 de agosto de 2018, em resultado da aplicação da Formação do Tarifário 2017 (Custos = 12.172.862,64 € / Proveitos = 8.346.610,99 € / Grau de Cobertura = 0,7).

4) Fonte: Formação de Tarifário 2019 = Previsão de Fecho de Exercício 2018, Formação do Tarifário 2018 (Custos = 11.312.321,84 € / Proveitos = 10.096.885,80 € / Grau de Cobertura = 0,9):

* Proveitos = Execução dos primeiros 7 meses de 2018, extrapolada para os restantes 5 (Tarifas RU SIMAS) acrescido dos Serviços Auxiliares;

* Custos = Média Aritmética simples dos Reportes de Contas de 2016 e 2017 (exceto fornecimentos em alta e amortizações). Metodologia possível na ausência da Contabilidade de Custos no Município de Oeiras desde 1 de janeiro de 2017.

5) Fonte: Formação de Tarifário 2019 = Previsão de 2019 (Custos = Média Aritmética Simples dos Reportes de Contas de 2016 e 2017, exceto fornecimentos em alta e amortizações), Tarifário 2019 = Tarifário 2018 (igual a 2016 e 2017).



A análise do Gráfico permite constatar:

- Uma quebra progressiva dos custos, com maior expressão na Previsão de Fecho de 2018 comparativamente ao Reporte de Contas de 2017 (-938.258,65 €), devido, no essencial (cerca de 93% do desvio), à redução em cerca de 21% dos montantes dos fornecimentos em alta (-870.395,86 €), cuja fonte, utilizada para a presente formação de tarifário, aponta para um montante de 3.192.898,52 € (2.890.441,55 € para deposição e tratamento dos resíduos urbanos e IUC das 2 viaturas pesadas de resíduos e 302.456,97 € para a Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos), acrescido do Plano de Tesouraria para financiamento da AMTRES, no valor de 24.101,88 €, em oposição aos mais de 4 milhões de euros registados para 2017.
- Um comportamento diferenciado dos proveitos no período, sendo de realçar, grosso modo:
 - ✓ Que o crescimento positivo dos proveitos, em mais de 1,9 milhões de euros, executados em 2016 relativamente a 2015, resulta do aumento das tarifas já atrás referido.
 - ✓ Que a redução prevista para 2018, em sede de fecho de exercício, comparativamente com o ano precedente (acima dos 162 mil euros), se justifica pelo ajustamento negativo em resultado do impacto negativo expectável do recenseamento dos Grandes Produtores que, dando cumprimento ao previsto no Regulamento do Serviço, possam deixar de ser objeto das Tarifas aplicáveis aos Resíduos Urbanos (Disponibilidade e Variável) na faturação emitida pelos SIMAS. Note-se que, nos termos do mesmo documento e da legislação em vigor, este agregado de utilizadores (com produção média diária de resíduos igual ou superior aos 1100 litros) é responsável pelo encaminhamento, deposição e tratamento dos resíduos urbanos por si produzidos suportando, naturalmente, os respetivos custos.
 - ✓ Que o incremento dos proveitos expectáveis em 2019, comparativamente à Previsão de Fecho de 2018, em cerca de 33% (+ de 2,6 milhões de euros), fica a dever-se, em particular, à aplicação dos indicadores previstos pelos SIMAS para 2019 às Tarifas propostas no âmbito do presente documento. Releva-se que, não obstante o ajustamento negativo à informação dos SIMAS respeitante à projeção do n.º de Grandes Produtores e do n.º de m³ de água consumida, utilizada para efeito da Tarifa de Disponibilidade e Tarifa Variável, respetivamente, com impacto, essencialmente, ao nível dos Utilizadores Não Domésticos, os indicadores refletem um aumento generalizado repercutindo-se, naturalmente, no aumento dos proveitos.
- Uma melhoria do grau de cobertura dos custos incorridos com a atividade em apreço, em particular o expectável em 2019 face a 2018, em resultado do comportamento esperado para os dois agregados cujo efeito conjugado para ele contribui (pontos imediatamente supra).

Paralelamente ao exposto no presente ponto considera-se ainda oportuno fazer uma breve resenha da estrutura de Custos, presente que se deve ter que os proveitos da atividade em apreço se encontram tratados, na íntegra, no agregado relativo à Prestação de Serviços, parte integrante da Demonstração de Resultados da atividade.

Nessa medida, de entre indicadores objeto de Parecer pela Entidade Reguladora, merecem especial enfoque os Custos de Exploração, cuja estimativa em sede da Formação de Tarifário para 2019, apontando para o montante de 10.067.208,70 €, apresenta uma redução de 314.642,98 € face à estimativa de Fecho de 2018 (10.381.851,68 €).

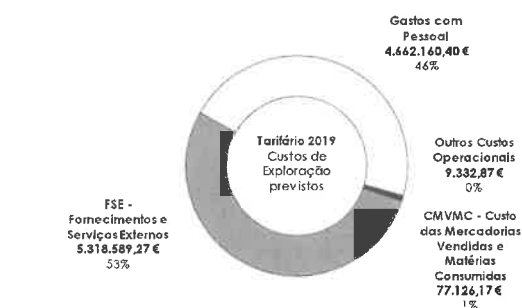
Os Custos de Exploração revestem-se de igual importância para a entidade reguladora consubstanciada pelo seu tratamento em folha própria. A sua associação ao n.º de toneladas previstas para o ano do tarifário, estas últimas com correspondência ao indicador da Qualidade do serviço¹⁹, permite apurar o custo de exploração por tonelada.

De referir que o cálculo deste agregado integra os Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), os Gastos com o Pessoal e Outros Gastos Operacionais (conforme quadro que se

Custos de Exploração - Formação Tarifário 2019

Custos	2018	2019	Var. V.A. 2019/20	Var. %
CMVMC - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	81.526,99 €	77.126,17 €	-4.400,82 €	-5%
FSE - Fornecimentos e Serviços Externos	5.717.318,44 €	5.318.589,27 €	-398.729,17 €	-7%
Gastos com Pessoal	4.574.830,98 €	4.662.160,40 €	87.329,42 €	2%
Outros Custos Operacionais	8.175,28 €	9.332,87 €	1.157,58 €	14%
Total	10.381.851,68 €	10.067.208,70 €	-314.642,98 €	-3%
N.º Toneladas	69.750	72.540	2.790	4%
Custo Unitário de Exploração	148,84 €	138,78 €	-10,06 €	-7%
Peso Relativo dos Custos de Exploração face ao Custo Total	91%	91%		

apresenta), tendo-se considerado atinente efetuar a análise comparativa com a informação prevista para 2019 e para 2018 (Previsão de Fecho).



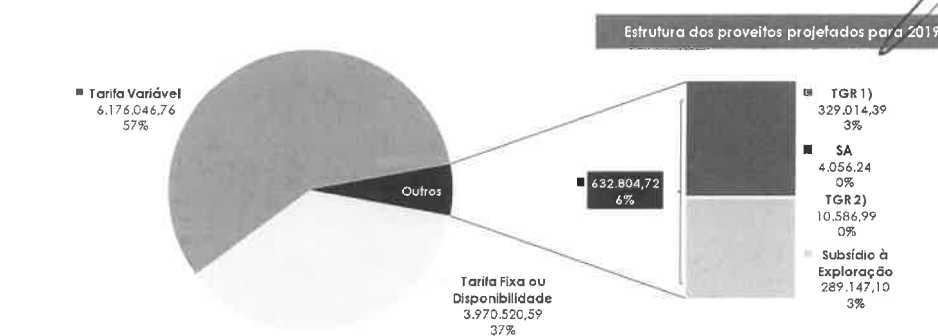
Fonte: Formação do Tarifário 2019 submetido no Portal da ERSAR a 15 de outubro de 2018.

Uma análise mais fina da informação permite, por seu turno, aferir:

- Que os fornecimentos em alta estimados para 2019, no valor de 2.803.961,99 €, são responsáveis por cerca de 53% dos FSE e apresentam uma variação negativa de 413.038,41 € quando comparados com o montante da Previsão de Fecho de 2018 (3.217.000,40 €);
- Que o rácio entre os Custos de Exploração e a previsão de recolha de resíduos para 2018 (69.750 toneladas) e 2019 (72.540 toneladas) resulta num Custo Unitário de Exploração previsto da ordem dos 148,84 € e 138,78 €, respetivamente.

Complementarmente à análise dos Custos de Exploração o gráfico que se segue evidencia a estrutura dos proveitos projetados para 2019, a qual evidencia algumas alterações relativamente às então previstas no âmbito de tarifários anteriores.

¹⁹ dRU34ab – resíduos urbanos recolhidos pela entidade gestora (t/ano)



Fonte: Formação do Tarifário para 2019

Notas:

TGR 1) = Taxa de Gestão de Resíduos, repercussão dos respetivos custos suportados pelo Município de Oeiras na faturação da Água

TGR 2) = Taxa de Gestão de Resíduos, restituição, pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), de 5% do valor pago pela entidade em alta, nos termos da legislação em vigor

SA - Serviços Auxiliares

Subsídio à Exploração = Financiamento do Município à aplicação dos Tarifários Sociais

Atente-se que, relativamente a anteriores tarifários, são de destacar, grosso o modo, os montantes relativos:

- À TGR repercutida na faturação dos serviços de água, os quais passaram a ser objeto de cobrança e refletidos em linha própria em 2018, dando cumprimento à recomendação da ERSAR (Parecer emitido no âmbito da Formação do Tarifário para 2018);
- À componente relativa ao Subsídio à Exploração com correspondência ao financiamento dos Tarifários Sociais a aplicar aos utilizadores finais que reúnam as condições regulamentares previstas.

Finalmente, considera-se oportuno apresentar parte do conteúdo do Parecer emitido pela ERSAR, respetivamente:

1. Em termos da Avaliação efetuada (ponto 1 do parecer), respetivamente:
 - a. **Cobertura total dos gastos por via tarifária** (cerca de 95%) - Avaliação mediana;
 - b. **Custos Unitários de Exploração** (138,78 € / tonelada) – Avaliação insatisfatória, apesar de refletir uma melhoria do indicador, traduzida numa variação negativa face ao indicador homólogo de 2018 apurado no âmbito da previsão de fecho de exercício (148,84 €);
 - c. Encargos Tarifários:
 - i. **Encargos anuais consumo 10 m³**, cuja base da avaliação é a aplicação do Tarifário Normal a Utilizadores Domésticos, sem TGR (igual ao Tarifário Social aplicável aos Utilizadores Não Domésticos) = **76,96 €** (igual a 2018, por utilização de 365 dias no cálculo da Tarifa de Disponibilidade).
 - ii. **Acessibilidade económica** = **0,16%** – Avaliação boa.
 - d. **Conformidade da estrutura tarifária** – Avaliação boa, coincidente com a definida no Regulamento Tarifário do serviço de Gestão de RU;
 - e. Conformidade – Outros aspetos:
 - i. **Repercussão de taxas ambientais** (TRH – AA e AR; TGR – RU) – Avaliação boa;



ii. **Financiamento do Tarifário Social** – Avaliação boa.

2. A título de conclusão e recomendação releva o seguinte:

- a. *“A CM Oeiras propõe manter em 2019 o tarifário do serviço de gestão de resíduos que se encontra em vigor em 2018, apresentando, no entanto, uma melhoria da cobertura de gastos face ao ano 2018 pelo incremento de quantidades a faturar. Contudo, as projeções para 2019 conduzem ainda a um nível de cobertura de gastos insatisfatório, devendo a entidade gestora promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços, sem comprometer a acessibilidade económica dos utilizadores.”*
- b. *“Tendo em conta o custo unitário de exploração, que se encontra acima do que seria expectável, a entidade gestora deve tomar medidas que reduzam os gastos decorrentes de ineficiências no âmbito do serviço regulado, de forma a não penalizar desnecessariamente os utilizadores e permitir, em simultâneo, a melhoria do indicador da cobertura dos gastos acima mencionados.”*
- c. *“Subsidiariamente, considerando a margem existente, a cobertura de gastos pode ser melhorada através de revisão do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, desde que não seja comprometida a acessibilidade económica dos utilizadores.”*
- d. *“Assinala-se em matéria de investimento que a não desagregação da informação reportada impossibilitou uma análise detalhada e consequentemente a verificação da sua adequabilidade face aos resultados obtidos nos indicadores da avaliação da qualidade do serviço.”*
- e. *“Por fim, cumpre referir que a estrutura do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos coincide com a definida no Regulamento Tarifário do Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos.”*

IV. Proposta:

Em face do exposto propõe-se ao Órgão Executivo que:

1. Aprove, por aplicação da legislação em vigor, nomeadamente a atrás referida, a proposta de Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos a que se refere a presente informação, a qual se consubstancia na manutenção das Tarifas vigentes, em 2018, na faturação dos serviços de águas (Tarifa de Disponibilidade ou Fixa e Tarifa Variável) da responsabilidade dos SIMAS e das tarifas aplicadas pelo Município de Oeiras aos Serviços Auxiliares por ele prestados e faturados.
O referido tarifário foi submetido à ERSAR, a 15 de outubro de 2018, e objeto de Parecer, conforme comunicação desta entidade que junto se anexa (sua Referência: O-010161/2018, de 15 de novembro de 2018);
2. Aprove a estrutura tarifária submetida no âmbito da Formação do Tarifário para 2019, nos moldes então propostos, consubstanciada na manutenção do tarifário em vigor em 2018;
3. Aprove, em acréscimo às Tarifas aplicáveis à atividade de gestão de resíduos urbanos, cobradas pelos SIMAS, no âmbito da faturação dos serviços de água, e pelo Município de Oeiras, no âmbito dos Serviços Auxiliares, a TGR no valor de 0,0319 € /



m³ e 9,90 € / tonelada de resíduos urbanos indiferenciados recolhidos, respetivamente, dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, publicada na 2.ª Série do Diário da República, de 15 de abril de 2014, que aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos, na sua redação atual, e demais legislação em vigor;

4. Após tal aprovação, se proceda à publicitação da estrutura do "Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos" para o Município de Oeiras, para o ano 2019, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, do Tarifário Social, bem como do Tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares, conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.

Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2019
(Faturação pelos SIMAS)


Descrição	Tarifário 2019		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade Diária /por cliente	Tarifa Variável por m³ de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Conforme disposto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 62.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, 2.º Série - N.º 56, de 20 de março de 2017
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa disponibilidade aos utilizadores domésticos quando se encontrem em situação de carência económica, comprovada pelo sistema de segurança social, conforme alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, conforme alínea b) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 66.º do referido Regulamento de Serviço
Conforme Formação de Tarifário para 2019 objeto de Parecer positivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 15 de novembro de 2018 sua referência: O-010161/2018)			

Nota:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.ª Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 63.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 a valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) a aplicar em 2019 é de 0,0319 €/m³ de água consumida. No âmbito da faturação dos Serviços de Água a TGR é isenta de IVA, por analogia ao serviço a que se refere.



Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada 2019

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código				Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores
						sem IVA
						1)
1.				Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.			Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.			Componente Variável		
1.	2.	1.		Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.		Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.		Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.		Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.		Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	1.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	2.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	3.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.				Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.			Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.			Componente Variável		
2.	2.	1.		Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) **Componente Fixa (RO)** - Isenção do pagamento sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpez e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) **Componente Fixa (RHE)** - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementamente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

A TGR (€/tonelada) a que se refere a alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicada em Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 deve corresponder à prevista, para 2019, no n.º 2 do artigo 58.º na redação dada pela Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, ou seja, 9,9 € / tonelada de resíduos indiferenciados recolhida e entregue para Destino Final à Entidade Gestora em Alta (Tratolixo). A TGR, quando aplicável, deve ser acrescida de IVA à taxa reduzida em vigor (6%), conforme faturação da Entidade em Alta emitida ao Município de Oeiras.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'F' followed by a horizontal line extending to the right.

V. Anexo:

Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 15 de novembro de 2018, sua referência: O-010161/2018, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2019 do Município de Oeiras.

À Consideração Superior,

A Técnica Superior de Economia

Fernanda Ribeiro

(DPOC- Divisão de Planeamento Orçamento e Controlo)

A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page. The signature is stylized, with a long horizontal stroke extending to the left and a looped 'H' shape.

ANEXO 2

Em Junt
- À Junta B
- ep



Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Largo Marquês de Pombal

2784-S01 OEIRAS

vossa referência
your reference

vossa comunicação
your communication

nossa referência
our reference

nosso processo
our process

data
date

O-010161/2018

2018-11-15

assunto
subject

Parecer sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2019 - CM de Oeiras

Ex.mo Senhor,



Junto se envia o parecer desta Entidade sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2019.

Em cumprimento no n.º 8 do artigo 28.º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios (Regulamento n.º 446/2018, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 140, de 23 de julho 2018), o parecer será objeto de publicação no sítio da internet desta entidade reguladora. Assim, solicita-se à entidade gestora que, caso considere existirem informações confidenciais no referido parecer, informe a ERSAR dessa situação nos termos previstos pelo n.º 4 do art.º 51.º do referido regulamento.

Com os melhores cumprimentos,



O Presidente



(Orlando Borges)

Anexo: 1-001491/2018





Parecer sobre a formação de tarifários 2019

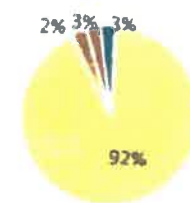
Informação	I-001491/2018
Entidade gestora	Câmara Municipal de Oeiras
Serviço	Gestão de resíduos urbanos
Data da deliberação do Conselho de Administração	2018-11-15

A Câmara Municipal de Oeiras (adiante designada por CM de Oeiras) submeteu no módulo de regulação económica do Portal da ERSAR informação relativa à proposta de tarifário para 2019, nos termos solicitados no ofício ERSAR com a referência O-007182/2018, de 31 de julho.

Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são, designadamente, atribuições desta Entidade regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal. No mesmo sentido, o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que as tarifas municipais dos serviços de abastecimento, saneamento de águas residuais e resíduos estão sujeitas ao parecer desta Entidade Reguladora no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Na sequência da análise dos elementos remetidos e da informação existente na ERSAR, apresenta-se a avaliação da proposta remetida e respetivas conclusões.

1. Avaliação

Sustentabilidade e eficiência		RU
Cobertura dos gastos		95% ●
Cobertura total dos gastos (por fonte de proveito)		92% ●
<ul style="list-style-type: none"> Cobertura dos gastos por via tarifária Cobertura dos gastos por via de outros rendimentos e subsídios ao investimen Cobertura dos gastos por via de subsídio implícito Financiamento de tarifários sociais Outros subsídios à exploração 		
Custos unitários de exploração		138,78 €/t ●
Necessidades de investimento		RU
Investimento previsto realizar em 2019		1.268.007 €
em % do Imobilizado bruto 2017		8,33%
Novos investimentos (em % do investimento previsto)		100%
Investimentos de subs./reabilitação (em % do investimento previsto)		0%
Indicadores AQS 2016		
Acessibilidade física do serviço - RU01b (%)		99 ●
Renovação do parque de viaturas - RU11b (Kms/viatura)		229.278 ●
Encargos tarifários		RU
Encargos anuais consumo 10m ³	2018	2019 % var
Acessibilidade económica	76,49 €	76,96 € 1%
	0,15%	0,16% ●
Conformidade da estrutura tarifária		Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de RU
Utilizadores domésticos		RU
Tarifa fixa		●
Tarifa variável		●
Utilizadores não domésticos		●
Tarifa fixa		●
Tarifa variável		●
Serviços auxiliares		●
Conformidade - outros aspetos		RU
Repercussão de taxas ambientais (TRH - AA e AR, TGR - RU)		●
Financiamento do tarifário social		●

A alteração das estruturas tarifárias pressupõe a alteração dos respetivos regulamentos dos serviços

Legenda:

- Avaliação boa ●
- Avaliação mediana ●
- Avaliação insatisfatória ●

2. Conclusões e recomendações

Face ao exposto, conclui-se e recomenda-se o seguinte:

- A CM de Oeiras propõe manter em 2019 o tarifário do serviço de gestão de resíduos que se encontra em vigor em 2018, apresentando, no entanto, uma melhoria da cobertura de gastos face ao ano de 2018 pelo incremento de quantidades a faturar. Contudo, as projeções para 2019 conduzem ainda a um nível de cobertura de gastos insatisfatório, devendo a entidade gestora promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços, sem comprometer a acessibilidade económica dos utilizadores.
- Tendo em conta o custo unitário de exploração, que se encontra acima do que seria expectável, a entidade gestora deve tomar medidas que reduzam os gastos decorrentes de ineficiências no âmbito do serviço regulado, de forma a não penalizar desnecessariamente os utilizadores e permitir, em simultâneo, a melhoria do indicador da cobertura dos gastos acima mencionados.
- Subsidiariamente, considerando a margem existente, a cobertura de gastos pode ser melhorada através de revisão do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, desde que não seja comprometida a acessibilidade económica dos utilizadores.
- Assinala-se em matéria de investimento que a não desagregação da informação reportada impossibilitou uma análise detalhada e consequentemente a verificação da sua adequabilidade face aos resultados obtidos nos indicadores da avaliação da qualidade do serviço.
- Por fim, cumpre referir que a estrutura do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos coincide com a definida no Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.

Saliente-se que, nos termos do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, as decisões das entidades titulares desconformes às recomendações da ERSAR ou aos pareceres da ERSAR devem fundamentar essa opção na respetiva deliberação.

Mais se informa que o tarifário aprovado, acompanhado da respetiva deliberação municipal, deve ser submetido em "Tarifários ao utilizador final" do módulo de regulação económica no Portal da



ERSAR, até 15 dias após a sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º-A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Por último, a ERSAR reitera a sua disponibilidade para prestar o apoio ou esclarecimentos considerados necessários.

O Conselho de Administração



Paulo Lopes Marcelo
(Vogal)



Orlando Borges
(Presidente)



Ana Barreto Albuquerque
(Vogal)



Anexo 1 - Bandas de referência

Cobertura dos gastos	
Resíduos Urbanos	
Bom	[100%;110%]
Mediano	[90%;100%] ou [110%;120%]
Insatisfatório	[0%;90%] ou [120%;+∞]
Acessibilidade económica	
Resíduos Urbanos	
Bom	[0,0,50%]
Mediano	[0,50%;1,00%]
Insatisfatório	[1,00%;+∞]
Custos unitários de exploração	
Resíduos Urbanos	
Bom	[47,6935;65,3361]
Mediano	[65,3361;97,249]
Insatisfatório	[97,249;+∞]
Mínimo	47,6935
Mediana	[0,76,569]

(AA e AR: €/m³; RU: €/ton)

A avaliação da cobertura dos gastos (e por via tarifária) e da acessibilidade económica é efetuada de acordo com os valores de referência definidos pela ERSAR no âmbito da avaliação da qualidade de serviço. Os custos unitários de exploração são avaliados de acordo com intervalos de referência considerados pela ERSAR a partir de dados do setor.

Anexo 2 - Cobertura de gastos

	2015	2016	2017	2019
Cobertura dos gastos				
Resíduos	49%	67%	67%	95%
Cobertura dos gastos de exploração				
Resíduos	53%	73%	72%	104%
Cobertura dos gastos por via tarifária				
Resíduos	48%	66%	67%	92%
Cobertura dos gastos de exploração por via tarifária				
Resíduos	52%	72%	72%	101%

Notas:

Cobertura dos gastos: rendimentos tarifários, outros rendimentos, subsídios ao investimento/gastos totais;

Cobertura dos gastos de exploração: rendimentos tarifários, outros rendimentos, subsídios ao investimento/gastos de exploração (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal e outros gastos e perdas operacionais);

Cobertura dos gastos por via tarifária: rendimentos tarifários/gastos totais;

Cobertura dos gastos de exploração por via tarifária: rendimentos tarifários/gastos de exploração (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal e outros gastos e perdas operacionais).

Anexo 3 - Custos unitários de exploração

	2015	2016	2017	2019
Resíduos (€/ton)	164,85	156,25	160,32	138,78
Custos de exploração	€ 11 508,794	€ 11 109,360	€ 11 513,108	€ 10 067,209
Quantidades (t/ano)	69,815	71,099	71,814	72,540

Até 2015, inclusive, os volumes considerados correspondem aos seguintes dados da avaliação da qualidade de serviço (2.ª geração): dAA1ab; dAR2ab e dRU1ab. A partir de 2016, os volumes considerados correspondem aos seguintes dados da avaliação da qualidade de serviço (3.ª geração): dAA1ab; dAR5ab e dRU3ab.



Anexo 4 - Encargos tarifários para o utilizador final doméstico

	2018	2019	Variação	Variação %
Encargo anual resíduos	€ 76,49	€ 76,96	€ 0,48	0,62%
Componente fixa	€ 34,27	€ 34,75	€ 0,48	1,39%
Componente variável	€ 42,22	€ 42,22	€ 0,00	0,00%

Anexo 5 - Acessibilidade económica

	2015	2016	2017	2019
Resíduos	0,17%	0,14%	0,15%	0,16%

O indicador da acessibilidade económica é calculado de acordo com a metodologia definida no "Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores" 1.ª geração do sistema de avaliação